



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

- 1 - ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO**
- 2 - EMENDA À CONSTITUIÇÃO**
- 3 - ATAS**
  - 3.1 - 86ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
  - 3.2 - Reunião de Comissões
- 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
  - 4.1 - Plenário
  - 4.2 - Comissão
- 5 - MANIFESTAÇÕES**
- 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 8 - ERRATA**



## ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

### ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO - 2011

#### RELAÇÃO DE AGRACIADOS PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL GRANDE MÉRITO

Antônio Arnaldo Alves de Melo  
Dinis Antônio Pinheiro - Promoção  
Jerson Domingos  
José Antônio Barros Munhoz  
Murilo Pinto de Oliveira Ferreira  
Olavo Machado Júnior - Promoção  
Paulo Sérgio Oliveira Passos  
Raymundo Damasceno Assis  
Roberto Jefferson Monteiro Francisco - Promoção  
Sílvio Antônio de Oliveira Melo - Promoção

#### MÉRITO ESPECIAL

Ademir Romualdo de Oliveira - Promoção  
Antônio Henrique Saporì - Promoção  
Assusete Dumont Reis Magalhães  
Bruno de Freitas Siqueira - Promoção  
Carlos Henrique Alves da Silva - Promoção  
Clélio Campolina Diniz  
Dom Mauro Morelli  
Duílio de Castro Faria  
Evamar José dos Santos - Promoção  
Fabiano Galleti Tolentino  
Gutemberg da Mota e Silva  
Heldo José Aguiar Armond - Promoção  
Heron Domingues Guimarães - Promoção  
Jacques de Oliveira Pena  
Jorge Berg de Mendonça  
José Célio de Alvarenga - Promoção

José Geraldo de Oliveira Prado - Promoção  
José Roberto Soares Scolforo  
Lelis Lara - Promoção  
Leonardo Rodrigues Belo Couto - Promoção  
Márcio Barbosa de Rezende - Promoção  
Maria do Carmo Lara Perpétuo - Promoção  
Matheus Cotta de Carvalho - Promoção  
Nelson Missias de Moraes - Promoção  
Oswaldo Tadeu Barbosa Guedes - Promoção  
Paulo César Dias  
Paulo Renato Paim  
Paulo Safady Simão  
Renato de Aquino Faria Nunes  
Renato Martins Jacob  
Ricardo Annes Guimarães  
Ricardo Loscha - Promoção  
Rui Barbosa da Silva - Promoção  
Stéfano Barra Gazzola  
Vitor Inácio Peixoto Parreiras Henriques  
Wilson Roberto Batista

## MÉRITO

Adair Martins de Souza Resende  
Afonso Maria Rocha  
Alcindo Amado Henriques  
Alex de Melo  
Alipio de Faria Braga  
Aluisio Borges de Sousa  
Amauri Eustáquio da Paixão  
Amilton Flávio Dias de Barcelos  
Ana Paula Machado Valadão Bessa  
Ana Paula Procópio Junqueira  
André de Lima Rufino  
Andrea Mismotto Carelli  
Antônia Vitória Soares Aranha  
Antônio Carlos de Barros Martins  
Antônio de Souza Filho  
Antônio Pinheiro Teixeira  
Argemiro Martins de Lima  
Arlindo Alves Filgueira Neto  
Arlindo Maximiano Drummond  
Averaldo Moreira Martins  
Benjamin Alves Rabello Filho  
Bernardes e Advogados Associados  
Bruno Scalon Cordeiro  
Bruno Teixeira Lino  
Carlos Eduardo Vieira Gonçalves  
Carlos Fernando da Silva  
Carlos Fernando Victor Bolivar Moreira  
Carlos Manoel Mendonça de Araújo  
Carlos Ribeiro Pimenta  
Carlos Roberto Rosa  
Cesar Romero Giovanini Corrêa  
Chang Seon Lim  
Cléder Melo e Silva  
Cleydson Domingues Drummond  
Clores Dias de Andrade Lage  
Daniel Pires de Oliveira Costa  
Darlan Esper Kallas  
Dilson Dalpiaz Dias  
Domingos Costa - Post Mortem  
Édio Gonçalves Pinto



Edmar Lisboa Bacha  
Edson Said Rezende  
Eduardo de Oliveira Chiari Campolina  
Elcides José Batista Guimarães  
Elmo de Souza Macedo  
Elson de Barros Gomes Júnior  
Enes Antônio Ribeiro  
Enio Dias Lima  
Eugênio Ferraz  
Fausto Pacheco  
Fausto Varela Cançado  
Fernando Armando Ribeiro  
Francisco Antônio Zétula  
Francisco Chaves Generoso  
Francisco Eduardo de Queiroz Cançado  
Francisco Neto Guerra  
Francisco Pereira Lemos  
Franklin de Paula Silveira  
Galba Gilberto Valadares  
Gaspar Carlos Filho  
Geraldo Alves Coutinho  
Geraldo Eugênio Barbosa Mansur  
Geraldo Gonçalves do Vale  
Geraldo Lúcio de Laia Souza  
Gilson Alves Moraes  
Helcio Zolini de Oliveira  
Heli Geraldo Andrade  
Hercílio Araújo Diniz  
Hercílio Araújo Diniz Filho  
Humberto Donizete Ferreira  
Igor Geovane Versiani Ladeira  
Ildeu dos Reis Pinto  
Intervisão Emissora de Rádio e Televisão Ltda.  
Irajá Ferreira Nogueira  
Ivair de Andrade  
Jacob Palis Júnior  
Jadir Jose da Silva  
Jairo Nogueira Filho  
João Alves Cardoso  
João Andréa Molinero Junior  
Joaquim dos Santos Moreira  
Jorge Alfredo Streit  
Jorge de Araújo Rodrigues  
Jorge Lasmar  
Jornal "Super Notícia"  
José Américo Martins da Costa  
José Antônio Bittencourt Soares  
José Carlos Felício  
José Carlos Miranda  
José de Arimateia Neves  
José Edivan do Amorim  
José Eduardo Costa  
José Francisco Ferreira Neto  
José Francisco Gomes da Silva  
José Gomes Costa  
José Lúcio Campos  
José Malaguti  
Jose Olinto Pimenta Figueiredo  
José Ronaldo Canavez  
Klauber Vinícius da Cunha Ribeiro  
Lélis Jorge Silva  
Leonardo Antunes da Conceição

Leonardo Castro Diniz Portela  
Leonardo Durães de Almeida  
Leonardo Petrus  
Luciana Diniz Nepomuceno  
Ludwig Von Klaus Dovik Gischewski  
Luis Dênis Alves Temponi  
Luis Marcelo Silva Pinto  
Luiz Augusto do Amaral Filho  
Luiz Carlos de Moraes  
Luiz Fernando Felipe Guida  
Marcello Guilherme Abi-Saber  
Marcelo Candiotto Moreira de Carvalho  
Marcelo Piancastelli de Siqueira  
Marcelo Soares do Santos  
Márcio dos Santos Cassavari  
Marcos Alves da Silva  
Marcos William Almeida Drummond  
Marcus Nagib Gadbem  
Margarete Gelmini Machado  
Maria Angélica Cruz  
Maria Botelho Alves Pena  
Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema  
Maria Jose Pimenta da Silva  
Maria Maciel Soares  
Maria Regina Nascimento de Lacerda  
Marilda de Abreu Araujo  
Mario Neto Borges  
Marisa Rosa Cabral  
Matarazo José da Silva  
Maurício Moraes Santos  
Mauro Jorge de Paula Bonfim  
Mércia Bamberg Melo  
Milton Luiz Saraiva  
Moacir Matos Filho  
Nilton Ferreira da Silva  
Nilton Pedro Friaça  
Norberto Cruz de Mello  
Olavo Drummond Filho  
Otacílio Gonçalves Tomé  
Paulino Sales Abranches  
Paulo Eugênio de Tarso Meira Borem  
Paulo Roberto Coimbra Silva  
Programa "Café com Notícia"  
Rádio Itatiaia  
Raimundo Nonato Barcelos  
Ramon Campos Cardoso  
Raymunda Lourdes Medeiros  
Reinaldo Bertin  
Ricardo Acayaba Vieira  
Ricardo de Castro Machado  
Ricardo Rodrigues Nunes  
Rita Fernandes da Silva  
Roberto de Assis  
Robson Cláudio Mappa  
Robson Laureano da Rosa  
Rodrigo Coelho Moreira Ferreira  
Rodrigo do Carmo Faria  
Rodrigo Ímar Martinez Riêra  
Rosimar Ione dos Santos Silva  
Rossano de Oliveira  
Rubens Menin Teixeira de Souza  
Sandra Márcia Ferreira



Sebastião José Vieira Filho  
Sérgio Arlindo Ceravolo Paoliello  
Sergio Rodrigues Leonardo  
Sílvio Gomes de Deus  
Terezinha Hueb de Menezes  
Thaís Velloso Cougo Pimentel  
Tulio Olivier Ticom  
Unitri - Centro Universitário do Triângulo  
Valdir Alves Reis  
Valentino Rizzioli  
Valtorires Josafá Dias dos Santos  
Vanilson Gomes Reis  
Vitor Augusto Araújo  
Wagner Devair Rosa  
Walton Albuquerque  
Wenceslau Ribeiro de Castro  
Wilson Gomes da Silva Júnior  
Zailson João Macedo Godinho



## EMENDA À CONSTITUIÇÃO

### EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011

Dá nova redação ao inciso VII do art. 2º da Constituição do Estado e acrescenta parágrafo ao art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos do § 4º do art. 64 da Constituição do Estado, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º – O inciso VII do art. 2º da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – (...)

VII – garantir a educação, o acesso à informação, o ensino, a saúde e a assistência à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;”.

Art. 2º – Fica acrescentado ao art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o seguinte § 2º, passando seu parágrafo único a vigorar como § 1º:

“Art. 115 – (...)

§ 2º – O disposto no § 1º produzirá efeitos a partir de 15 de julho de 2003, vedados quaisquer efeitos financeiros retroativos.”.

Art. 3º – Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 4 de novembro de 2011; 223º da Inconfidência Mineira e 190º da Independência do Brasil.

Denis Pinheiro, Presidente - José Henrique, 1º-Vice-Presidente - Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente - Paulo Guedes, 3º-Vice-Presidente - Dilzon Melo, 1º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário - Jayro Lessa, 3º-Secretário.



## ATAS

### ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/11/2011

#### Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 129 e 130/2011 (encaminhando os Projetos de Lei nºs 2.616 e 2.617/2011, respectivamente), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.618 a 2.630/2011 - Requerimentos nºs 1.848 a 1.863/2011 - Requerimentos do Deputado Gilberto Abramo, dos Deputados Doutor Wilson Batista e Sargento Rodrigues, da Deputada Ana Maria Resende e dos Deputados Elismar Prado e Marques Abreu e outros, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Ivair Nogueira e outros, do Deputado Doutor Viana e outros e dos Deputados Antônio Carlos Arantes (2), Fabiano Tolentino e Dalmo Ribeiro Silva - Comunicações: Comunicações das Comissões de Transporte, de Esporte e de Segurança Pública e dos Deputados Hélio Gomes e Neider Moreira - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados João Leite, Carlin Moura e André Quintão - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Ivair Nogueira e outros, dos Deputados Doutor Wilson Batista e Sargento



Rodrigues, da Deputada Ana Maria Resende e dos Deputados Elismar Prado e Marques Abreu e outros, do Deputado Doutor Viana e outros e dos Deputados Antônio Carlos Arantes (2) e Fabiano Tolentino; deferimento - Encerramento.

### **Comparecimento**

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Dilzon Melo - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Délio Malheiros - Doutor Viana - Durval Ângelo - Fred Costa - Gustavo Corrêa - João Leite - João Vitor Xavier - Leonardo Moreira - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Neider Moreira - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

### **Abertura**

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **1ª Parte**

### **1ª Fase (Expediente)**

#### **Ata**

- O Deputado Carlos Henrique, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### **Correspondência**

- O Deputado Vanderlei Miranda, 1º-Secretário “ad hoc”, lê a seguinte correspondência:

### **“MENSAGEM Nº 129/2011\*”**

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à apreciação dessa Egrégia Assembleia, projeto de lei que dispõe sobre a cooperação com os municípios na construção e administração de distritos industriais e dá outras providências.

O projeto de lei tem por finalidade promover a assistência e cooperação técnica do Estado, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig, aos municípios mineiros interessados em planejar e implantar distritos industriais e áreas próprias para instalação de empresas.

Ressalto ainda que, conforme exposição de motivos da Senhora Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, “a iniciativa afigura-se necessária e relevante ao desenvolvimento econômico de Minas Gerais”.

Por entendê-la importante e para melhor compreensão do conteúdo do projeto faço anexar a Exposição de Motivos elaborada pela Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente Projeto de lei.

Reitero a Vossa Excelência considerações de estima.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.

### **Exposição de Motivos**

O distrito industrial sempre constituiu importante instrumento de desenvolvimento econômico do Estado, gerador de renda, emprego e receita fiscal - benefícios cujos protagonistas mais próximos são os Municípios em que estão implantados.

Já foram construídos pela Codemig ou pela extinta Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI - 52 distritos industriais em 44 municípios, sendo que em 22 distritos ainda existem áreas remanescentes não comercializadas - e, em praticamente todos eles, áreas que ainda podem ser arrecadadas, em devolução, de empresas adquirentes que não cumpriram a obrigação de implantar suas indústrias nos prazos e condições estabelecidas nos contratos de compra e venda.

A destinação de áreas específicas para implantação de empresas, além de indispensável à criação de emprego e renda e ao desenvolvimento social, é de grande relevância para o planejamento e a aplicação de políticas de uso e ocupação do solo urbano - sendo o Município o maior interessado. Daí a necessidade de uma parceria entre os governos locais, o Estado e suas agências de desenvolvimento.

Nessa cooperação, é de toda conveniência reunir a expertise da Codemig, sucessora da extinta Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI, além de outras agências de desenvolvimento (como o Indi, o BDMG, a Cemig e a Copasa), com a operosidade e atuação ágil e desconcentrada da administração municipal.

Outrossim, conforme demonstrado na “Nota Explicativa e Justificativa da Proposição” exarada pelo Chefe de Gabinete da Sede, a iniciativa afigura-se necessária e relevante para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais, pois promoverá a assistência e cooperação técnica do Estado, por intermédio da Codemig, aos Municípios mineiros interessados em planejar e implantar distritos industriais e áreas próprias para instalação de empresas.

Expõe-se, ainda, a relevância e a urgência da matéria, que justificam a tramitação da proposição normativa no menor prazo possível.

Belo Horizonte, 6 de outubro de 2011.

Dorothea Fonseca Furquim Werneck, Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico.



**PROJETO DE LEI Nº 2.616/2011**

Dispõe sobre a cooperação com os Municípios na construção e administração de distritos industriais, e dá outras providências.

Art. 1º - A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Codemig -, no cumprimento de sua missão institucional, prestará assistência e cooperação técnica aos municípios, para o planejamento, a construção e administração de distritos industriais e de áreas destinadas à implantação de empresas que contribuam para geração de emprego e renda no âmbito local ou regional, atendidos o interesse público e a legislação aplicável.

Art. 2º - Fica a Codemig autorizada a doar lotes ou terrenos de sua propriedade existentes em distritos industriais e que ainda não tenham sido alienados ou prometidos contratualmente a terceiros, aos municípios em que estejam localizados.

§ 1º - A autorização de que trata o “caput” inclui também os bens que vierem a ser arrecadados pela Codemig em virtude do descumprimento de cláusula contratual por parte de compradores ou promitentes compradores.

§ 2º - Não serão doadas as áreas que, nos termos de regulamento, serão destinadas a projetos de interesse estratégico do Governo do Estado.

§ 3º - Os imóveis que ingressaram no patrimônio da Codemig pelo instituto da doação com encargo diverso da instalação de distritos industriais ficam excluídos da autorização de que trata o “caput”.

Art. 3º - As doações a que se refere o art. 2º serão feitas com os seguintes encargos do donatário:

I - remissão, mediante autorização em lei municipal, de eventuais dívidas de natureza fiscal da Codemig, ajuizadas ou não, incidentes sobre os imóveis doados;

II - obrigação de manter, a qualquer tempo, por si ou por terceiros adquirentes, a destinação do imóvel para fins industriais, e de aliená-los somente a empresas cuja atividade seja compatível com o respectivo distrito industrial.

Parágrafo único - Em caráter excepcional e sob sua exclusiva responsabilidade perante terceiros, o município poderá, diretamente ou mediante alienação, dar ao imóvel outra destinação, desde que pública ou de interesse público ou social, assim reconhecida em lei municipal, observadas as exigências da legislação pertinente, e sempre com a anuência da Codemig.

Art. 4º - Mediante convênio, em cada caso, poderá ser transferida a administração dos atuais distritos industriais aos municípios em que estejam localizados, que ficarão sub-rogados em direitos e obrigações da Codemig, previstos em contratos ou escrituras de compra e venda ou de promessa de compra e venda e devidamente explicitados, inclusive para decidir e aprovar projetos e fixar prazos para sua implantação, autorizar futuras transferências, pelos respectivos adquirentes, de terrenos já alienados e receber as respectivas tarifas.

Art. 5º - A identificação do imóvel a ser doado deverá ser objeto de especificação e avaliação prévias e de deliberação do órgão competente pelos estatutos da Codemig.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Turismo e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

**“MENSAGEM Nº 130/2011\*”**

Belo Horizonte, 27 de outubro de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei que autoriza a constituição de subsidiárias da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG.

As referidas subsidiárias terão como finalidade a realização de operações estruturadas de mercado relacionadas a seus direitos ou ativos. E, dessa forma, viabilizarão o incremento da capacidade de alavancagem financeira da Companhia e permitirão o melhor atendimento ao interesse de seus acionistas, mantendo-a, ainda, atualizada frente às oportunidades e dinamismo do setor mineral, que tem evoluído para uma integração com os mercados financeiros e de capitais, para além da cotação de “commodities” em bolsa, mais recentemente.

Anoto, por fim, que as regras inscritas no projeto decorrem de proposta a mim formuladas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, consubstanciando o resultado de estudos desenvolvidos pela entidade.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente projeto de lei.

Reitero a Vossa Excelência considerações de estima.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.

**PROJETO DE LEI Nº 2.617/2011**

Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG - a constituir subsidiárias.

Art. 1º - Fica a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG - autorizada a constituir subsidiárias, nas formas admitidas em lei, observadas as disposições e normas do Sistema Financeiro Nacional aplicáveis, com a finalidade de realizar operações estruturadas de mercado relacionadas a seus direitos ou ativos.

Parágrafo único - Ficam as subsidiárias a que se refere o “caput” autorizadas a participar de empresas privadas, nos termos do inciso XX do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2º - É permitida a cessão de empregados da CODEMIG para as suas subsidiárias, respeitados os direitos assegurados em lei e em acordos coletivos de trabalho e garantido o acompanhamento do processo pelo sindicato da categoria.

Parágrafo único - A CODEMIG poderá fornecer apoio operacional, logístico, administrativo e técnico à operação de suas subsidiárias.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

\* - Publicado de acordo com o texto original.

## **2ª Fase (Grande Expediente) Apresentação de Proposições**

O Sr. Presidente – A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

### **PROJETO DE LEI Nº 2.618/2011**

Declara de utilidade pública o Instituto Chico Xavier - ICX -, com sede no Município de Uberaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto Chico Xavier – ICX -, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2011.

Antonio Lerin

Justificação: O Instituto Chico Xavier - ICX -, pessoa jurídica de direito privado, é uma associação civil sem finalidade lucrativa, em funcionamento desde 30/10/2006, que tem por finalidade a promoção da cultura e a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata a Lei Federal nº 9.790, de 1999; a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; a realização de estudos e pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias alternativas e a produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos; a defesa e conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável; a promoção do voluntariado; a promoção do desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza.

A entidade preenche os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual esperamos a anuência dos nobres colegas à concessão do título declaratório proposto.

A técnica legislativa utilizada está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 95, de 2/2/98, alterada pela Lei Complementar Federal nº 107, de 26/4/2001, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Justificado o projeto, esperamos sua apreciação e aprovação por esta Casa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 2.619/2011**

Declara de utilidade pública a Associação Espírita Dias da Cruz, com sede no Município de Uberaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Espírita Dias da Cruz, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2011.

Antonio Lerin

Justificação: A Associação Espírita Dias da Cruz é uma associação civil, de direito privado e caráter religioso, beneficente, sem finalidade lucrativa, em funcionamento desde 1º/8/99, tem por finalidade a propagação da doutrina espírita, codificada por Allan Kardec, revivendo os ensinamentos de Jesus.

A Associação apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual esperamos a anuência dos nobres colegas ao título declaratório proposto.

A técnica legislativa utilizada está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 95, de 2/2/98, alterada pela Lei Complementar Federal nº 107, de 26/4/2001, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Justificado o projeto, esperamos sua apreciação e aprovação por este Plenário e pelas comissões permanentes.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 2.620/2011**

Declara de utilidade pública o Instituto Caminhantes do Bem, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto Caminhantes do Bem, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2011.

Duarte Bechir



Justificação: A proposição em tela visa a declarar como de utilidade pública o Instituto Caminhante do Bem de Belo Horizonte, entidade sem fins lucrativos, com duração indeterminada, em pleno funcionamento desde 18/7/2005.

O Instituto tem como objetivo promover a assistência social de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos através de encontros e atividades esportivas, culturais e artísticas de cunho social, visando a assistência e a promoção social de cidadania plena; apoiar, incentivar e promover ações de voluntariado com o objetivo de construção e estruturação social de cidadania plena; e desenvolver ações junto a comunidades carentes que visem a geração de emprego e renda.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que ela atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 2.621/2011**

Declara de utilidade pública o São Luiz Futebol Clube, com sede no Município de Campo Belo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o São Luiz Futebol Clube, com sede no Município de Campo Belo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2011.

Duarte Bechir

Justificação: A proposição em tela visa a declarar de utilidade pública o São Luiz Futebol Clube, com sede no Município de Campo Belo, entidade em pleno funcionamento desde sua fundação, sem fins lucrativos, com duração indeterminada. Tem como finalidade a difusão do civismo e do esporte, principalmente o futebol, podendo, ainda, realizar reuniões e atividades de caráter social e cultural.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 2.622/2011**

Declara de utilidade pública o Grêmio Recreativo Escola de Samba Chame-Chame, com sede no Município Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Grêmio Recreativo Escola de Samba Chame-Chame, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2011.

Duarte Bechir

Justificação: A proposição em tela visa a declarar como de utilidade pública o Grêmio Recreativo Escola de Samba Chame-Chame, com sede no Município de Belo Horizonte, em pleno funcionamento desde sua fundação em 2007. É uma entidade civil, sem fins lucrativos, com tempo indeterminado de duração.

A entidade tem como finalidade promover e facilitar entre os seus associados horas dançantes, desenvolvimentos folclóricos, educacionais, relacionadas aos eventos carnavalescos, apresentando-se nos diversos desfiles oficiais, reuniões e diversões de caráter social, cultural e cívico.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que ela atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por estas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovar esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 2.623/2011**

Determina a comunicação, por parte dos hospitais, clínicas e postos de saúde, nas ocorrências de embriaguez ou uso de drogas por criança ou adolescente.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam os hospitais, postos de saúde e clínicas públicas ou privadas, localizadas no Estado, obrigados a comunicar aos órgãos públicos e a registrar em um cadastro as ocorrências com todas as crianças e adolescentes que tenham sido atendidos nos setores de emergência por consumo excessivo de álcool ou por uso de drogas.

§ 1º - A Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA -, o conselho tutelar da região e os pais ou responsáveis legais deverão ser imediatamente informados da ocorrência.

§ 2º - Aos órgãos públicos caberá apurar as circunstâncias dos fatos, estabelecer responsabilidades pelo ocorrido e decidir as medidas cabíveis de conformidade com a lei vigente e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.



Art. 2º - Os conselhos tutelares deverão acompanhar durante um ano a evolução social, escolar e familiar da criança ou adolescente vítima do consumo excessivo de álcool ou por uso de drogas, desenvolvendo ações positivas.

Art. 3º - A unidade médica que descumprir esta lei incorrerá nas seguintes penalidades:

I - pagamento de multa no valor de 500 Ufirs.

II - pagamento de multa no valor de 1.000 Ufirs, em caso de reincidência.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2011.

Arlen Santiago

Justificação: Este projeto tem por finalidade a proteção da criança e do adolescente vítimas dos excessos do álcool e das drogas e que se encontram desassistidos pelos pais, responsáveis legais e pelo poder público.

Com a implantação da obrigatoriedade desta comunicação pelas autoridades competentes, pelos hospitais, clínicas e postos de saúde, é possível identificar mais facilmente esses casos e fazer encaminhamentos visando cuidar, recuperar e reintegrar as crianças e os jovens a suas famílias e aos núcleos sociais, devolvendo-lhes uma vida saudável e produtiva.

Atualmente, com a disseminação das drogas, principalmente o "crack", o descontrole na venda de bebidas, muitas vezes adquirida por um adulto e repassada ao menor, além de maus exemplos vindos dos pais, a criança e o adolescente ficam expostos a situação de risco e vulnerabilidade.

Faz-se necessária a presença da autoridade constituída para restabelecer as condições normais e dignas de vida para esses jovens, por meio de ações terapêuticas, escolares, esportivas e por meio da reconstrução dos laços afetivos familiares.

Na verdade a proposta visa promover uma grande mobilização social, envolvendo a família, as entidades médicas, as autoridades constituídas, a escola, o Poder Executivo e o Poder Judiciário, todos juntos unidos, para proteger essa geração de jovem, futuro do nosso país, contra o mal do século.

Pelo exposto, conto com os meus pares para a aprovação do projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, do Trabalho e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

## PROJETO DE LEI Nº 2.624/2011

Dispõe sobre a instalação de equipamentos de segurança em restaurantes, bares, boates, casas noturnas e de espetáculos e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os restaurantes, bares, boates, casas noturnas e de espetáculos deverão instalar e manter em funcionamento, em seu interior e exterior, circuito de câmeras de segurança, com recurso de gravação de imagem.

Parágrafo único - As câmeras deverão ser instaladas em pontos estratégicos, principalmente junto às portas de entrada e saída e dos sanitários, de modo que seja de fácil visualização o acesso dos clientes.

Art. 2º - Os estabelecimentos a que se refere o "caput" do art. 1º desta lei deverão fixar, em local visível, uma escala de serviço, com os nomes de todos os funcionários que irão trabalhar naquele dia e o horário de serviço de cada um.

Art. 3º - Os funcionários deverão ser identificados com crachá, em que constem os nomes do estabelecimento e do funcionário, fixado em local visível, na lapela, cordão ou acessório apropriado.

Art. 4º - Caberá aos órgãos competentes a fiscalização da aplicação desta lei, sendo que seu descumprimento acarretará multa de 10 Ufemgs (dez Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais).

Art. 5º - Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2011.

Arlen Santiago

Justificação: Temos observado, nos noticiários de TV e em jornais, diariamente, diversas matérias sobre assaltos, agressões, brigas e até assassinatos no interior ou nas proximidades de restaurantes, bares, boates, casas noturnas e de espetáculos. Em alguns poucos casos, a polícia consegue identificar os autores, por sorte, utilizando a gravação obtida por prédios vizinhos que mantêm câmeras instaladas nas calçadas.

Há casos tão escabrosos, em que a violência atinge nível tão alto, que a pessoa agredida fica paraplégica, com lesões aparentes de difícil recuperação ou até cega. Na maioria dos casos, o estabelecimento emite uma nota lamentando o ocorrido e colocando-se a disposição para melhor apuração dos fatos, o que não acontece, de fato.

Infelizmente, muitas das agressões tiveram início em desentendimentos dos próprios funcionários com os clientes. Esses funcionários são contratados aleatoriamente, não têm vínculo empregatício, recebem por dia e são pagos para intimidar clientes e para proteger o patrimônio do proprietário do estabelecimento.

Essa situação é inadmissível, pois a maioria dos casos acaba sem solução: os agressores ficam impunes e as vítimas arcam, sozinhas, com o prejuízo físico, psicológico, moral e financeiro.

Pelo exposto, conto com os meus pares para a aprovação deste projeto

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 2.625/2011**

Declara de utilidade pública o Grande Conselho da Ordem DeMolay para o Estado de Minas Gerais - Grande Conselho -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Grande Conselho da Ordem DeMolay para o Estado de Minas Gerais - Grande Conselho -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2011.

Bosco

Justificação: A Ordem DeMolay é uma organização sem fins lucrativos e patrocinada pela Maçonaria, que tem como objetivo a formação de líderes para a sociedade. Em suas reuniões ritualísticas, transmite ensinamentos baseados em sete virtudes cardeais: amor filial, reverência às coisas sagradas, cortesia, companheirismo, fidelidade, pureza e patriotismo. Mas seus ensinamentos vão mais além.

A Ordem DeMolay é uma instituição que busca lapidar o caráter do jovem para que, ao atingir a maioria - os 21 anos - ele possa contribuir com a comunidade onde estiver inserido. O ensinamento se baseia na prática de atividades voluntárias, filantrópicas, benemerentes, esportivas e sociais; na transmissão de técnicas de liderança, oratória, resolução de conflitos, gestão e organização institucional; e em estudos filosóficos baseados nas virtudes do amor filial, reverência pelas coisas sagradas, cortesia, companheirismo, fidelidade, pureza e patriotismo.

É um ambiente fraternal, seguro e sadio, composto por garotos do sexo masculino, entre 12 e 20 anos, que desenvolve no jovem; capacidade de liderança; senso de trabalho em equipe; cidadania; tolerância e respeito ao próximo; responsabilidade; respeito à hierarquia; criatividade; capacidade de tomada de decisão; sentimento fraternal e envolvimento social.

Projetos implementados pela ordem, como Papai Noel é Demolay e Dia de Fazer a Diferença, são reconhecidos pela coletividade mineira.

O seu estatuto consta da destinação do patrimônio em caso de eventual encerramento das atividades, estando devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas. A organização está no exercício de suas atividades, ininterruptamente, há mais de ano, e a sua diretoria é constituída por pessoas de reconhecida idoneidade, que desenvolvem atividades voluntárias.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 2.626/2011**

Declara de utilidade pública a Associação para Desenvolvimento e Apoio ao Potencial e Talento, com sede no Município de Sete Lagoas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação para Desenvolvimento e Apoio ao Potencial e Talento, com sede no Município de Sete Lagoas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2011.

Duilio de Castro

Justificação: A Associação para Desenvolvimento e Apoio ao Potencial e Talento, com sede no Município de Sete Lagoas, é uma entidade que tem por objetivo, conforme dispõe seu estatuto, desenvolver atividades para crianças, pré-adolescentes, adolescentes e jovens bem dotados e talentosos, orientar e assistir as famílias visando a proteção das crianças e dos jovens de talento. Tem também o intuito de desenvolver atividades que promovam toda forma de cultura e conservação do patrimônio histórico e artístico. Tem a possibilidade de disponibilizar orientação promovendo atividades de enriquecimento às crianças, pré-adolescentes, adolescentes e jovens bem dotados, desenvolvendo também estudo, pesquisas e programas para a educação de bem dotado e talentosos.

Para validar a declaração de utilidade pública da referida entidade, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### **PROJETO DE LEI Nº 2.627/2011**

Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial do Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o registro de bens culturais de natureza imaterial que integram o patrimônio cultural do Estado.

§ 1º - Constituem bens culturais de natureza imaterial os processos de criação, manutenção e transmissão de conhecimentos e as práticas e manifestações dos grupos socioculturais, famílias e indivíduos que compõem a identidade e a memória cultural do Estado, bem como as condições materiais necessárias ao desenvolvimento de tais procedimentos e práticas de natureza imaterial.

§ 2º - O registro é o ato pelo qual a administração pública estadual reconhece a legitimidade dos bens culturais de natureza imaterial do Estado, promovendo a salvaguarda destes por meio de identificação, reconhecimento, registro etnográfico, acompanhamento de seu desenvolvimento histórico, divulgação, apoio, incentivo e outras formas de acautelamento e preservação desse patrimônio.



§ 3º - O objetivo do ato de registro é garantir o exercício do direito à cultura aos diversos grupos que compõem o Estado, garantindo no cotidiano da vida mineira as condições de existência e manutenção dos bens culturais de natureza imaterial que constituem referência estadual, sem tutela ou controle que fira ou impeça essas práticas e manifestações.

§ 4º - O registro é ato de competência exclusiva do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural, da Secretaria de Estado de Cultura, o qual receberá, para essa finalidade específica, assessoria técnica e administrativa dos órgãos competentes do Executivo Estadual.

§ 5º - O registro dos bens culturais de natureza imaterial do Estado far-se-á nos livros enumerados nos incisos seguintes:

I - Livro de Registros dos Saberes - livro no qual serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registros das Celebrações - livro no qual serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registros das Formas de Expressão - livro no qual serão inscritas manifestações literárias, linguísticas, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registros dos Lugares - livro no qual serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentrem e se reproduzam práticas culturais coletivas.

§ 6º - Outros livros de registros poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial do Estado que não se enquadrem nos definidos no § 5º deste artigo.

§ 7º - Todo registro feito nos livros de que tratam os incisos I a IV do § 5º deste artigo contará com fotografias, manuscritos, mapas, exemplares impressos e outros, que serão digitalizados, assim como os documentos comprobatórios de que trata o § 1º do art. 3º e o parecer de que trata o § 2º do mesmo artigo.

§ 8º - Os arquivos digitalizados serão disponibilizados através de banco de dados, no sítio da Secretaria de Estado de Cultura na internet, sob o título "Patrimônio Cultural - Bens Imateriais", tendo cada um como subtítulo o nome do livro em que se inserir.

Art. 2º - Poderão solicitar a instauração do processo de registro:

I - titulares de órgãos, entidades ou conselhos do Executivo Estadual;

II - Deputados Estaduais;

III - Diretores de sociedades e associações civis.

Art. 3º - As solicitações de instauração de processo de registro de bem cultural de natureza imaterial do Estado serão encaminhadas ao Conselho Estadual do Patrimônio Cultural, da Secretaria de Estado de Cultura, que, considerando-as pertinentes, encaminhará os procedimentos para a abertura e instrução dos processos administrativos pertinentes.

§ 1º - Os processos serão instruídos por meio de dossiês de registro dos quais devem constar descrição pormenorizada do bem a ser registrado, identificando seus elementos culturais relevantes, e documentação correspondente.

§ 2º - Ultimada a instrução, a Secretaria de Estado de Cultura emitirá parecer técnico acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Estadual do Patrimônio Cultural para apreciação final.

§ 3º - Deliberado o registro pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural, este determinará a publicação do ato no diário oficial do Estado.

Art. 4º - O bem cultural de natureza imaterial objeto de registro será inscrito no livro correspondente e receberá o título de Patrimônio Cultural do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único - Caberá à Secretaria de Estado de Cultura determinar a abertura de novo livro de registros, quando for o caso, em atendimento ao disposto no § 6º do art. 1º desta lei.

Art. 5º - Caberá à Secretaria de Estado de Cultura assegurar ao bem registrado:

I - elaboração, guarda e manutenção de dossiê de registro;

II - divulgação e promoção mediante implementação de políticas públicas correspondentes.

Art. 6º - A cada dez anos contados da data de registro, o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural decidirá sobre a revalidação do título previsto no art. 4º, a partir de parecer técnico encaminhado pela Secretaria de Estado de Cultura.

Parágrafo único - Os bens cujo título de Patrimônio Cultural do Estado de Minas Gerais não sejam revalidados terão o respectivo registro mantido, a título de referência à memória cultural de determinado contexto histórico do Estado.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2011.

Liza Prado

Justificação: A Unesco define como patrimônio cultural imaterial (ou patrimônio cultural intangível) "as práticas, representações, expressões culturais, conhecimentos e técnicas - bem como os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes estão associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural". São exemplos de patrimônio imaterial os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações, as festas e danças populares, as lendas, a música e outras tradições. São expressões culturais e tradições que um grupo de indivíduos preserva em respeito a sua ancestralidade, para as gerações futuras.

O patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Em São João del-Rei, um exemplo de patrimônio cultural imaterial é o modo de tocar os sinos, cuja "linguagem" é peculiar meio de comunicação e está sendo objeto de registro pelo Iphan. Em toda Minas Gerais, o modo artesanal de fazer queijo é outro importante exemplo de patrimônio intangível.

Podem ser citadas ainda diversas tradições, saberes e técnicas que vêm sendo submetidas às normas do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC - do Iphan, na complexa tarefa de preservar o patrimônio material e imaterial, resguardando bens,



documentos, acervos, artefatos, vestígios e sítios, assim como as atividades, técnicas, saberes e linguagens. Um dos critérios é a atenção às tradições que não encontram amparo na sociedade e no mercado, permitindo a todos o cultivo da memória comum, da história e dos testemunhos do passado.

A culinária de Minas Gerais talvez seja a que concentra a maior diversidade, pois em cada região do Estado há uma comida típica diferente, com ingredientes encontrados com fartura no meio rural. Quase todos os pratos da cozinha mineira contam com legumes, frutos ou tubérculos nativos. Minas Gerais está para a gastronomia do Brasil assim como a França, para a culinária do mundo. Há vários pratos tipicamente mineiros e dois que se destacam, oferecidos nas mesas de todas as casas mineiras, principalmente no interior: o angu e o feijão tropeiro, além dos quais apontamos o bolinho de mandioca, o bambá de couve, prato roceiro, o cozido à moda mineira ou panelada de campanha, o famoso frango com quiabo, quibebe, requeijão caseiro, com leite, açúcar mascavo, rapadura, goiabada cascão com queijo minas, entre tantos outros...

Outras manifestações culturais, como o congado, também chamado de congo ou congada, mesclam cultos católicos com africanos. É uma dança que representa a coroação do Rei do Congo, acompanhado de um cortejo compassado, cavalgadas, levantamento de mastros e música. Ocorre em várias festividades ao longo do ano, mas especialmente no mês de outubro, na festa de Nossa Senhora do Rosário, cujo ponto alto é aquela coroação.

São inúmeras as manifestações culturais enraizadas na história do nosso amado Estado de Minas, e é nossa obrigação preservá-las, protegê-las e guardá-las para as gerações futuras.

Por todas as razões apontadas e pela relevância deste projeto para a preservação da influente e rica cultura mineira é que peço o apoio de meus nobres pares para sua aprovação.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 2.628/2011

Declara de utilidade pública a Associação Efigênia Vidigal de Educação e Cultura - Avec -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Efigênia Vidigal de Educação e Cultura - Avec -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2011.

Célio Moreira

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública a Associação Efigênia Vidigal de Educação e Cultura - Avec -, sem fins lucrativos, que tem por finalidade contribuir para a formação de cidadãos conscientes e participativos, por meio da educação, da cultura, da prática esportiva e do lazer.

No desenvolvimento de suas atividades não faz distinção alguma quanto a religião, cor, sexo ou condição social das pessoas assistidas e atende com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Insta pontuar que a referida Associação encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, sendo sua diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem, atendendo, dessa forma, os requisitos legais.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 2.629/2011

Declara de utilidade pública a Comunidade Evangélica Deus é Fiel, com sede no Município de Itapeva.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Evangélica Deus é Fiel, com sede no Município de Itapeva.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2011.

Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: A Comunidade Evangélica Deus é Fiel é uma sociedade civil de caráter social, sem fins lucrativos nem políticos e com duração por tempo indeterminado.

O objetivo da Comunidade Evangélica Deus é Fiel é fundar orfanatos, creches, albergues, hospitais, casas de recuperação para alcoólicos e toxicômanos e outras instituições afins; criar escolas e cursos de alfabetização, de formação religiosa, moral e profissional e promover a divulgação da doutrina cristã, de acordo com as Sagradas Escrituras.

A entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual conto com a anuência de meus nobres pares a este projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.



**PROJETO DE LEI Nº 2.630/2011**

Declara de utilidade pública o Lar dos Idosos Antônio Frederico Ozanan, com sede no Município de Três Marias.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lar dos Idosos Antônio Frederico Ozanan, com sede no Município de Três Marias.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de novembro de 2011.

Doutor Viana

Justificação: O Lar dos Idosos Antônio Frederico Ozanan, com sede no Município de Três Marias e fundado em 22/8/1998, é uma associação civil de direito privado, filantrópica, beneficente, sem fins lucrativos, caritativa e de assistência social, de duração por tempo indeterminado, com personalidade jurídica distinta de seus membros.

Essa entidade tem por finalidade a prática da caridade cristã no campo da assistência social e da promoção humana, visando especificamente manter estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas, de ambos os sexos, em condições de saúde física e mental e proporcionar assistência material, moral, intelectual, social e espiritual em condições de liberdade e dignidade, visando à preservação da saúde física e mental dos seus assistidos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

**REQUERIMENTOS**

Nº 1.848/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sindicato da Indústria do Vestuário no Estado de Minas Gerais pela eleição da nova diretoria para o triênio 2011-2014.

Nº 1.849/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas pelos 10 anos de sua fundação. (- Distribuídos à Comissão de Turismo.)

Nº 1.850/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a atleta de karatê Jéssica da Dalt Cândido e com o treinador João Batista Rodrigues (o João do Karatê) pela conquista da medalha de bronze nos Jogos Pan-Americanos de Guadalajara, no México.

Nº 1.851/2011, do Deputado Jayro Lessa, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Valadares Country Club pelos 44 anos de sua fundação. (- Distribuídos à Comissão de Esporte.)

Nº 1.852/2011, do Deputado Jayro Lessa, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Presbitério das Igrejas Presbiterianas Renovadas pelos 37 anos da sua Organização Eclesiástica. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 1.853/2011, do Deputado Tenente Lúcio, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Srs. Paulo Sérgio Nonaka, ex-Presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Minas Gerais, e José Fernando de Almeida Júnior, atual Presidente, e a toda diretoria dessa entidade pelos relevantes serviços prestados ao turismo no Estado. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 1.854/2011, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de informações sobre os valores dos contratos firmados entre a Fundação Renato Azeredo e o Governo de Minas, entre 2002 e 2011, bem como sobre quais órgãos da administração pública fizeram os repasses.

Nº 1.855/2011, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de informações sobre quais medidas foram tomadas com relação ao ofício enviado por representantes dos Centros de Educação Continuada, em que solicitam um quadro de pessoal que assegure atendimento eficiente à comunidade. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.856/2011, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Manga pedido de informações sobre o inquérito administrativo referente ao transporte de balsas entre os Municípios de Manga e Matias Cardoso, com o envio a esta Casa de cópia desse inquérito. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 1.857/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso à Escola Municipal Casimiro de Abreu, localizada em Patrocínio, pela recente premiação Escola-Destaque - Plano de Ação para Melhoria da Escola. (- À Comissão de Educação.)

Nº 1.858/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Corregedoria da Secretaria de Desenvolvimento Social as notas taquigráficas da 58ª Reunião Extraordinária dessa Comissão, os documentos que relatam denúncias de Agentes Penitenciários e pedido de informações sobre todos os casos de assédio moral e violação de direitos fundamentais neles relatados. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.859/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social o trecho das notas taquigráficas da 58ª Reunião Extraordinária dessa Comissão no qual se registrou a fala de Tomásia de Souza Rodrigues, reivindicando a regularização da aposentadoria de seu filho, o Agente de Segurança Penitenciário Edinaldo Fernandes Rodrigues, tornado inválido em decorrência do exercício da profissão, e pedido de providências para acelerar o referido processo de aposentadoria.

Nº 1.860/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Ministério Público da Comarca de Passa-Tempo as notas taquigráficas da 25ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências para que ouça os membros da comunidade Cachoeira dos Foros e a Prefeitura desse Município sobre os fatos narrados, as condições em que vivem esses cidadãos e como estão sendo aplicadas as políticas públicas de amparo social.

Nº 1.861/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Superintendência do Banco do Brasil em Minas Gerais as notas taquigráficas da 25ª Reunião Ordinária dessa Comissão, contendo queixas sobre a situação da comunidade





Cachoeira dos Foros, e pedido de providências para avaliar a possibilidade de reescalonar o empréstimo contraído por cidadãos dessa comunidade e de adotar outros procedimentos em seu benefício.

Nº 1.862/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhada ao Procon-MG, para providências, cópia da fiscalização educativa promovida pelo Procon Assembleia, que averiguou o cumprimento das Portarias nºs 387/2008 e 128/2011, ambas do Departamento Nacional de Produção Mineral, que estabelecem regras para a comercialização dos garrafões de 20 litros de água mineral.

Nº 1.863/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao Procon-MG e à Secretaria de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que fiscalizem os preços exorbitantes dos produtos comercializados pelos estabelecimentos onde há parada de ônibus ao longo da BR-381 e da BR-135.

Do Deputado Gilberto Abramo em que solicita seja comunicada ao Plenário a criação da Frente Parlamentar Itália-Brasil.

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Doutor Wilson Batista e Sargento Rodrigues, da Deputada Ana Maria Resende e dos Deputados Elismar Prado e Marques Abreu e outros, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Ivair Nogueira e outros, do Deputado Doutor Viana e outros e dos Deputados Antônio Carlos Arantes (2), Fabiano Tolentino e Dalmo Ribeiro Silva

### **Comunicações**

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Transporte, de Esporte e de Segurança Pública e dos Deputados Hélio Gomes e Neider Moreira.

### **Oradores Inscritos**

- Os Deputados João Leite, Carlin Moura e André Quintão proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

### **Abertura de Inscrições**

O Sr. Presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

## **DECISÃO DA PRESIDÊNCIA**

A Presidência, reformando despacho anterior, determina que o Projeto de Lei nº 2.365/2011, da Deputada Rosângela Reis, tenha sua tramitação alterada, em razão da natureza da matéria, passando a tramitar em turno único, nos termos do art. 190 do Regimento Interno. Ficam mantidos a distribuição às Comissões de Justiça e do Trabalho e os demais atos processuais praticados até o momento.

Mesa da Assembleia, 3 de novembro de 2011.

José Henrique, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

### **Comunicação da Presidência**

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 1.859 a 1.861/2011, da Comissão de Direitos Humanos, e 1.862 e 1.863/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

### **Leitura de Comunicações**

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Transporte – aprovação, na 21ª Reunião Ordinária, em 1º/11/2011, dos Projetos de Lei nºs 1.275/2011, do Deputado Gustavo Valadares, 1.685/2011, do Deputado Inácio Franco, com a Emenda nº 1, 1.749/2011, do Deputado Fred Costa, 1.751/2011, do Deputado Inácio Franco, 1.783/2011, do Deputado Gustavo Valadares, na forma do Substitutivo nº 1, e 2.342/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e dos Requerimentos nºs 1.702/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 1.715/2011, do Deputado Doutor Viana, 1.752/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.754/2011, do Deputado Tenente Lúcio; de Esporte – aprovação, na 25ª Reunião Ordinária, em 1º/11/2011, dos Projetos de Lei nºs 915/2011, do Deputado João Leite, 1.796/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, e 2.237/2011, do Deputado Rogério Correia; e de Segurança Pública – aprovação, na 28ª Reunião Ordinária, em 1º/11/2011, do Requerimento nº 1.796/2011, do Deputado Tenente Lúcio, com a Emenda nº 1, do Deputado Sargento Rodrigues; e pelos Deputados Hélio Gomes, informando sua filiação ao PSD, e Neider Moreira, informando sua desfiliação do PPS e sua filiação ao PSD (Ciente. Publique-se.).

### **Despacho de Requerimentos**

- A seguir, são deferidos pelo Sr. Presidente, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 626/2011 (Arquive-se o projeto.); nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos do Deputado Adelmo Carneiro Leão, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Ivair Nogueira e outros em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear a Fiat Automóveis S.A. pelos 35 anos da implantação de sua fábrica em Minas Gerais; dos Deputados Doutor Wilson Batista e Sargento Rodrigues, da Deputada Ana Maria Resende e dos Deputados Elismar Prado e Marques Abreu e outros em que solicitam a convocação de reunião especial para comemorar o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência; e do Deputado Doutor Viana e outros em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Instituto das Pequenas Missionárias de Maria Imaculada – IPMMI – pelos 75 anos de sua fundação; nos termos do inciso VII do art. 232, c/c o art. 140 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes em que solicita que o Projeto de Lei nº 2.352/2011 seja encaminhado à comissão seguinte a que foi distribuído, uma vez que a Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir seu parecer; nos termos do inciso XVI



do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes em que solicita a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 266/2011; e nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Fabiano Tolentino em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.899/2010.

### **Encerramento**

O Sr. Presidente – A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as especiais de logo mais, às 20 horas, e de segunda-feira, dia 7, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16/2011, EM 31/5/2011**

Às 9h50min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duílio de Castro, Bosco e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duílio de Castro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bosco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2011 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Vanderlei Miranda). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.

João Leite, Presidente – Bosco – Sargento Rodrigues.

### **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18/2011, EM 12/7/2011**

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Luiz Henrique, Duarte Bechir e Bonifácio Mourão (substituindo o Deputado Bosco, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Luiz Henrique, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o parecer do relator, no 1º turno, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011 (relator: Deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.

Luiz Henrique, Presidente – Duarte Bechir – Paulo Lamac.

### **ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/10/2011**

Às 15h13min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Adelmo Carneiro Leão, Fabiano Tolentino e Gustavo Perrella, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento das correspondências publicadas no “Diário do Legislativo”, em 16/9/2011 e 22/9/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.273/2011, em turno único (Deputado Tadeu Martins Leite), 2.287/2011, em turno único (Deputado Gustavo Perrella) e 2.314/2011, em turno único (Deputado Marques Abreu). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.624, 1.930, 2.052, 2.066, 2.068, 2.127, 2.138 e 2.202/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.432, 1.438, 1.462 e 1.464/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.909, 1.987, 1.988, 2.039, 2.065, 2.069, 2.074 e 2.096/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Gustavo Perrella, Adelmo Carneiro Leão e Fabiano Tolentino, em que pleiteiam seja encaminhado ofício ao Governador do Estado solicitando que Minas Gerais sedie, em 2014, antes da realização da Copa do Mundo, o Congresso de Medicina do Exercício e do Esporte, contando com o apoio das Secretarias de Estado de Saúde, de Esporte e Juventude e de Educação; seja realizada visita desta Comissão com a Comissão de Saúde ao Secretário de Estado de Saúde, para tratar do Programa de Atividade Física desenvolvido pela Sociedade Mineira de Medicina do Exercício do Esporte – SMEXE -, com a presença de representantes da referida entidade; seja encaminhado ofício ao

Secretário de Estado de Saúde solicitando que os Agentes Comunitários de Saúde incentivem e monitorem a prática de atividades físicas e de lazer das famílias por eles acompanhadas no âmbito do Programa Saúde da Família; seja encaminhado ofício aos Secretários de Estado de Saúde e de Esporte e Juventude solicitando a implementação do Programa de Atividade Física a ser supervisionado pela Sociedade Mineira de Medicina do Exercício e do Esporte; seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Esportes e Juventude solicitando seja esta Comissão informada se há projetos esportivos direcionados aos centros de convivência para dependentes químicos no Estado de Minas Gerais e, se não houver, se há previsão para apresentação desses projetos; seja encaminhado ofício ao Presidente desta Casa com vistas à impressão e à distribuição de cartilhas para divulgação dos benefícios da prática da atividade física em colégios do Estado de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.

Marques Abreu, Presidente – Ulysses Gomes – Luiz Carlos Miranda.

### **ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/10/2011**

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros e Duarte Bechir (substituindo este ao Deputado Duílio de Castro, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig, publicado no Diário do Legislativo em 1º/11/11). A Presidência acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 897/2011, no 2º turno (Deputado Duílio de Castro), 1.339/2011 (Deputado Antônio Júlio) e 2.176/2011 (Deputado Délio Malheiros), ambos no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.834/2011 (relatora: Deputada Liza Prado), na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta; 367/2011 (relator: Deputado Délio Malheiros, em virtude de redistribuição), na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 1.912/2011 (relator: Deputado Délio Malheiros), com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça. O Projeto de Lei nº 12/2011, no 1º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento da Deputada Liza Prado, aprovado pela Comissão. O Projeto de Lei nº 1.716/2011, no 1º Turno (relator: Deputado Délio Malheiros), é baixado em diligência à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.623/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 2011.

Délio Malheiros, Presidente – Liza Prado – Vanderlei Miranda.

### **ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/10/2011**

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, André Quintão e Zé Maia (substituindo o Deputado Cássio Soares, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Estão presentes também a Deputada Liza Prado e o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores a Deputada e os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.146, 2.539, 2.544, 2.545 e 2.547/2011 (Deputado André Quintão); 2.537, 2.543, 2.550 e 2.552/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 2.538, 2.546, 2.548 e 2.555/2011 (Deputado Cássio Soares); 2.540, 2.542 e 2.551/2011 (Deputado Delvito Alves); 2.541/2011 (Deputado Luiz Henrique); e 2.549 e 2.553/2011 (Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 85/2011, em turno único, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.099/2011 (relator: Deputado André Quintão) e, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.799/2011, com as Emendas nºs 1 e 2, este com o voto contrário do Deputado André Quintão (relator: Deputado Sebastião Costa). Registra-se a presença do Deputado Delvito Alves. Retira-se de reunião o Deputado Zé Maia. Na fase de discussão dos pareceres do relator, Deputado Sebastião Costa, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.336/2011, este com a Emenda nº 1, e 2.442/2011, este na forma do Substitutivo nº 1, são aprovados os requerimentos do Deputado André Quintão em que solicita o adiamento da discussão. Registra-se a presença do Deputado Cássio



Soares. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.443/2011 com a Emenda nº 1, 2.452/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.444/2011 com a Emenda nº 1 e 810/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique, o último lido pelo Deputado André Quintão); 2.445, 2.087/2011, este na forma do Substitutivo nº 1, 2.229/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira); 2.447/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); 2.220/2011 (relator: Deputado Delvito Alves); e 2.356/2011 (relator: Deputado Cássio Soares). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 356, 409 e 1.073/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelo relator, Deputado Bruno Siqueira. São convertidos em diligência às Secretarias de Estado de Fazenda – SEF – e de Planejamento e Gestão – Seplag – o Projeto de Lei nº 429/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa); à Seplag e ao Prefeito Municipal de São Francisco de Paula o Projeto de Lei nº 2.361/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira); à Seplag e ao Prefeito Municipal de Itumirim o Projeto de Lei nº 2.401/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis, diligência lida pelo Deputado Sebastião Costa); à Seplag e ao Prefeito Municipal de São João del-Rei o Projeto de lei nº 2.402/2011 (relator: Deputado Cássio Soares, em virtude de redistribuição) e à Seplag e ao Prefeito Municipal de Turmalina o Projeto de Lei nº 2.428/2011 (relator: Deputado André Quintão). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.027/2011 (relator: Deputado Cássio Soares); e 2.415/2011 (relator: Deputado André Quintão). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.956/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Bruno Siqueira, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 148, 2.411/2011 (relator: Deputado Delvito Alves); 288, 1.937, 2.429, 2.366/2011, este com a Emenda nº 1, 2.412, 2.422, 2.423/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, os quatro últimos em virtude de redistribuição); 1.314, 1.444, 2.185, 1.796, 2.364, 2.410/2011, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Cássio Soares, os três últimos em virtude de redistribuição); 2.150/2011, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.407, 2.408, 2.414/2011 (relator: Deputado André Quintão) e 2.459/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis, lido pelo Deputado Bruno Siqueira). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 2.403, 2.406, 2.409, 2.413, 2.424, 2.425 e 2.426/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Rosângela Reis - André Quintão - Bruno Siqueira.

## **ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/10/2011**

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Anselmo José Domingos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Fernando de Almeida Martins, Procurador da República, e João Alberto Paixão Lages, Presidente da Ceasaminas (1º/10/2011); José Luiz Gattás Hallak, Gerente de Relações Institucionais com Estados e Municípios da operadora OI (17/9/2011); Antônio Oscar Carvalho Peterson Filho, Diretor Executivo Corporativo da Embratel; José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, e Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil e de Relações Institucionais (14/10/2011). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.275 e 1.685/2011 em turno único (Deputado Celinho do Sinttrocel); 1.783 e 1.751/2011 em turno único (Deputado Anselmo José Domingos); 1.749 e 2.342/2011 em turno único (Deputado Célio Moreira); e 1.946/2011 no 1º turno (Deputado Gustavo Valadares). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 348/2011, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (Deputado Anselmo José Domingos), e 1.565/2011, na forma do Substitutivo nº 1, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (Deputado Célio Moreira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.598, 1.611, 1.612, 1.616, 1.620, 1.677, 1.678/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.149, 1.904 e 2.049/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel e Gilberto Abramo (2) em que solicitam seja encaminhado ao Dnit pedido de informações sobre denúncias de desvios de recursos públicos nas obras da construção do chamado Trevo da Nutrícia, na BR-116, no Bairro das Graças, em Caratinga; e seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências com vistas a que sejam realizados estudos de impacto ambiental relacionados às obras da BR-477, tanto os referentes à manutenção do traçado atual da via margeando a Reserva Particular do Patrimônio Natural Feliciano Miguel Abdalla, quanto os relativos a seu desvio, tendo em vista as manifestações de participantes da audiência pública realizada em 21/9/2011; Celinho do Sinttrocel (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a segurança do transporte





coletivo nas regiões metropolitanas do Estado; seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater o Projeto de Lei nº 560, do Senador Clésio Andrade, o qual institui a redução gradativa dos teores de enxofre no diesel, até atingir o limite máximo de 10mg/kg, em tramitação no Senado Federal; Tiago Ulisses em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Manhumirim para debater a pavimentação da estrada que liga o referido município à BR-116, em São João do Manhuaçu; Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater os problemas operacionais do metrô de Belo Horizonte, bem como a situação dos metroviários; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas e ao Diretor Geral do DER-MG pedido de providências para se que priorize o acostamento da Rodovia MG-290, entre Ouro Fino-Pouso Alegre; Célio Moreira em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a implantação na capital mineira do Bus Rapid Transit - BRT - ou transporte rápido por ônibus. É aprovado o relatório da visita realizada, no dia 7/9/2011, às ruas José Amaral, Um e Vila Independência, no Bairro Independência, Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente - Celinho do Sinttrocel - Anselmo José Domingos.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

#### Local visitado: Ruas José Amaral, Um e Vila Independência, no Bairro Independência, Belo Horizonte

#### Apresentação

A requerimento do Deputado Célio Moreira, esta Comissão visitou, no dia 7/6/2011, as Ruas José Amaral, Um e Vila Independência, no bairro Independência, no Município de Belo Horizonte, com a finalidade de verificar a situação dos moradores da região que reivindicam a implantação da Praça de Segurança embaixo das torres de alta tensão da Cemig.

Participaram da visita o Deputado Adalclever Lopes, Presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, e o Deputado Célio Moreira, que foram acompanhados pelos Srs. Rodolfo de Souza Monteiro, Gestor de Faixas de Linha de Transmissão, Aloísio Rocha Moreira, Engenheiro da Urbel, Wanderley Araújo Porto Filho, Secretário Adjunto de Administração de Regional Municipal Barreiro, Aelson Pereira dos Santos, Presidente da Associação Jovem do Petrópolis, e Wellington Rosário de Bessa, Líder Comunitário do Bairro Independência.

#### Relato

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas se encontrou com os convidados para a visita em frente à Igreja São João Batista, de onde partiu para analisar a situação das casas que se localizam no entorno das torres de alta tensão da Cemig. Durante a visita os parlamentares perceberam o risco que correm os moradores, principalmente os que possuem residência logo abaixo das torres de alta tensão e se expõem fixando varal, telas metálicas e outros objetos nas bases das torres.

#### Conclusão

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas constatou que os moradores das residências no entorno das torres de alta tensão, no Bairro Independência, em Belo Horizonte, estão sujeitos a riscos significativos de exposição a choques elétricos e que, portanto, a construção da Praça de Segurança embaixo das torres de alta tensão da Cemig é urgente.

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas vai continuar fiscalizando e cobrando dos órgãos responsáveis a execução adequada e mais ágil das obras e da retirada dos moradores do local.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente – Celinho do Sinttrocel – Célio Moreira – Anselmo José Domingos.

## ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/10/2011

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir assuntos relacionados a políticas públicas no Estado, integrativas e complementares, voltadas para a medicina alternativa, e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Paulo César Barbosa Noleto, Diretor do Instituto Superior de Ciências da Saúde; Marco Aurélio Cozzi, Delegado do Sindicato Nacional dos Terapeutas Naturistas de Minas Gerais; José Alberto Moreno, Presidente da Associação Nacional dos Terapeutas Holísticos e Energéticos – Atenemg –; e Luís Gustavo Gomes da Costa, Presidente do Sindicato dos Profissionais em Terapias Naturais de Minas Gerais – Sinnatural –; e as Sras. Henriette Karam, Coordenadora do Programa de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde da Prefeitura Municipal de Brumadinho; e Eliete Maria Madeira Fagundes, Secretária da Atenemg, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Liza Prado, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a



finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente – Neider Moreira – Adelmo Carneiro Leão – Doutor Wilson Batista.

## **ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/10/2011**

Às 10h7min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Pompílio Canavez, João Leite e Ulysses Gomes (substituindo o Deputado Almir Paraca, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Paulo Lamac. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Pompílio Canavez, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ulysses Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Alceu José Torres Marques, Procurador Geral de Justiça, por meio da qual acusa recebimento de notas taquigráficas da 19ª Reunião Extraordinária e comunica o seu envio à Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor na Comarca de Paracatu; e do Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, Diretor Presidente da Copasa, publicado no “Diário do Legislativo” em 17/9/2011. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei Complementar nº 18/2011 (relator: Deputado Pompílio Canavez). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.614; 1.621; 1.622; 1.626; 1.627; 1.628; 1.629; 1.630; 1.674; 1.675; 1.679 e 1.701/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Elismar Prado, Almir Paraca, Pompílio Canavez e Liza Prado por meio do qual solicitam seja realizada reunião de audiência pública para debater a modernização e a expansão do transporte metroviário em Belo Horizonte e Região Metropolitana, conforme anúncio recente por parte da Presidência da República, envolvendo recursos federais, estaduais e municipais; Liza Prado em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado da Educação pedido de providências em prol da realização de reforma na estrutura física da Escola Estadual Antônio Novaes, do Município de Ribeirão Vermelho; seja encaminhado ao Presidente da Companhia Vale do Rio Doce pedido de providências em prol da celebração de um convênio com o Estado de Minas Gerais e o Município de Ribeirão Vermelho, com vistas à reestruturação e conservação do acervo ferroviário existente neste Município; seja encaminhado à Companhia Vale do Rio Doce pedido de providências para a colocação de cancelas nas passagens de nível existentes ao longo da área urbana do Município de Ribeirão Vermelho e circunvizinhos, tendo em vista o grande fluxo de crianças na região e a ocorrência de atropelamentos e acidentes com automóveis; Paulo Lamac por meio do qual solicita reunião de audiência pública para apresentação e debate do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte; Celinho do Sintrocel por meio do qual solicita reunião de audiência pública para debater os procedimentos de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; Pompílio Canavez por meio do qual solicita reunião de audiência pública para debater os “apagões”, quedas de cabos e outros problemas na rede elétrica, enfrentados pelos Municípios de Minas Gerais, em especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte; João Leite, por meio do qual solicita reunião de audiência pública para debater a realização das obras de ligação entre a BR-356 e a MG-030; Paulo Guedes, Liza Prado e Carlin Moura solicitando seja encaminhado ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências com vistas à fiscalização da atividade de prestação de serviço de transporte aquaviário de cargas e passageiros, efetuado por meio de balsas no Rio São Francisco, entre os Municípios de Manga e Matias Cardoso, na Região Norte Mineira; sejam encaminhados ao Ministro dos Transportes e ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários pedidos de providências com vistas à fiscalização da atividade de prestação de serviço de transporte aquaviário de cargas e passageiros, efetuado por meio de balsas no Rio São Francisco, entre os Municípios de Manga e Matias Cardoso, à regulamentação do serviço de transporte transversal em hidrovias entre as diferentes municipalidades de um mesmo Estado e à elaboração de estudos técnicos de viabilidade de construção de uma ponte entre os Municípios de Manga e Matias Cardoso; seja encaminhado à Presidenta da República e ao Governador do Estado pedido de providências com vistas à regulamentação dos serviços de transporte transversal em hidrovias, entre diferentes municipalidades de um mesmo Estado, bem como a construção de uma ponte entre os Municípios de Manga e Matias Cardoso; seja encaminhado ao Procurador Chefe do Ministério do Trabalho - 3ª Região Minas Gerais, pedido de providências com vistas à promoção de inspeção, a fim de apurar as condições de trabalho das pessoas que prestam serviço nas balsas que fazem o transporte de cargas e de passageiros entre os Municípios de Manga e Matias Cardoso; seja encaminhado ao Superintendente Regional do Trabalho em Minas Gerais pedido de providências com vistas à realização de inspeção quanto às condições de trabalho das pessoas que prestam serviço nas balsas que fazem o transporte de cargas e passageiros entre os Municípios de Manga e Matias Cardoso; seja encaminhado ao Comandante do Corpo de Bombeiros Militar pedido de providências com vistas à realização de inspeção de segurança nas balsas que fazem o transporte de cargas e passageiros entre os Municípios de Manga e Matias Cardoso; seja encaminhado ao Promotor de Justiça da Comarca de Manga pedido de cópia do Inquérito Administrativo referente ao transporte de balsas entre os Municípios de Manga e Matias Cardoso. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.

Pompílio Canavez, Presidente.



## **ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/10/2011**

Às 14h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" de 14/10/2011: ofícios dos Srs. Antônio Carlos Andrada, Presidente do Tribunal de Contas; e Dermeval Silva Neto, Superintendente Federal no Estado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (substituto); e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (4.605). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 28 e 852/2011 (Deputado Romel Anízio); 94 e 1.113/2011 (Deputado Antônio Júlio); 95, 257 e 1.647/2011 (Deputado João Vítor Xavier); 161 e 1.639/2011 (Deputado Zé Maia); 186, 269 e 1.732/2011 (Deputado Doutor Viana); 367 e 1.124/2011 (Deputado Ulysses Gomes) e 1.134 e 1.997/2011 (Deputado Gustavo Perrella), no 1º turno. O Presidente retira da pauta a Mensagem nº 113/2011 e os Projetos de Lei nºs 2.188 e 2.390/2011, por haverem sido apreciados em reunião anterior, e o Projeto de Lei nº 2.442/2011, por não cumprir pressupostos regimentais. O Projeto de Lei Complementar nº 8/2011 e os Projetos de Lei nºs 2.447, 2.449, 2.452 e 723/2011 são retirados da pauta, os quatro primeiros em atendimento a requerimento do Deputado Ulisses Gomes e o último em atendimento a requerimento do Deputado Antônio Júlio, ambos aprovados pela Comissão. O Deputado Duarte Bechir retira-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.266/2011 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Romel Anízio); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.448/2011 (relator: Deputado Gustavo Perrella); 170/2011 (relator: Deputado João Vítor Xavier); 937/2011 (relator: Deputado Antônio Júlio); 1.501/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Doutor Viana, em virtude de redistribuição); 2.395/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 2 (relator: Deputado João Vítor Xavier, em virtude de redistribuição). Registra-se a presença do Deputado Gustavo Perrella. Na fase de discussão dos pareceres dos relatores, Deputados João Vítor Xavier, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.243/2011, no 2º turno; Doutor Viana, que conclui pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 2.444/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 2; e 2.451/2011 com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública; e Gustavo Perrella, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.450/2011 com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, no 1º turno, o Presidente defere os pedidos de vista do Deputado Ulisses Gomes. O Projeto de Lei nº 198/2011 é convertido em diligência à Seplag em atendimento a requerimento do relator, Deputado Romel Anízio, aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Antônio Júlio em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do Detran-MG pedido de informações sobre os valores arrecadados com os leilões dos veículos apreendidos na Capital e sobre o montante repassado à concessionária responsável pela guarda desses veículos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, hoje, às 14h42min, para apreciação do parecer do Projeto de Lei nº 2.243/2011, no 2º turno, e para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2011.

Zé Maia, Presidente – Antônio Júlio – Doutor Viana – Gustavo Perrella – João Vítor Xavier – Romel Anízio – Ulysses Gomes.

## **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/10/2011**

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Duarte Bechir e Gilberto Abramo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.245, 1.710, 1.960 e 2.033/2011 (Deputada Ana Maria Resende); e 2.062, 2.100, 2.149, 2.136 e 2.204/2011 (Deputado Gilberto Abramo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.245, 1.710, 1.960, 2.033, 2.062, 2.100, 2.149, 2.136 e 2.204/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Deiró Marra – Luiz Henrique.



## **ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/10/2011**

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Luiz Carlos Miranda e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Prosseguindo, comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo de Belo Horizonte, e Mauro Luciano Hauschild, Presidente do INSS, publicados no “Diário do Legislativo” em 1º/10/2011 e 14/10/2011, respectivamente. A Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.553, 2.340, 2.350, 2.383, 2.394, 2.398/2011, em turno único (Deputado Luiz Carlos Miranda); 679/2011, em 1º turno, 2.319, 2.339, 2.343, 2.346, 2.363/2011, em turno único (Deputado Tadeu Martins Leite); 1.533, 1.978, 2.015, 2.328, 2.372, 2.374/2011, em turno único (Deputado Pompílio Canavez), e 659/2011, em 1º turno (Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.554/2011 (relator: Deputado Luiz Carlos Miranda, em virtude de redistribuição). Registra-se, neste momento, a presença do Deputado Pompílio Canavez. Dando prosseguimento aos trabalhos, são aprovados os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.861/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Pompílio Canavez); 1.864/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Rosângela Reis); 2.046/2011 (relator: Deputado Pompílio Canavez); 2.112/2011 (relator: Deputado Luiz Carlos Miranda); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.181/2011 na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, ficando prejudicado o Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Rosângela Reis, em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 208, 432, 986 com a Emenda nº 1, 1.650, 2.015, 2.104, 2.108, 2.116, 2.129 com a Emenda nº 1, 2.140, 2.167 com a Emenda nº 1, 2.183, 2.200, 2.210, 2.233, 2.236, 2.242, 2.256, 2.272, 2.296/2011 com a Emenda nº 1, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.625 e 1.700/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 226, 522, 584, 1.333, 1.460, 1.550, 1.678, 1.727, 1.735, 1.739, 1.925, 1.935, 1.951, 1.958, 1.961, 1.980, 1.981, 1.999, 2.004, 2.005, 2.017, 2.019, 2.021, 2.024, 2.026, 2.047, 2.051, 2.054, 2.055, 2.067, 2.073, 2.075, 2.079, 2.080, 2.081, 2.082/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. É recebido pela Presidência, para posterior apreciação, requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as relações de trabalho na Cemig, em razão da instalação de negociações do acordo coletivo de trabalho e do debate sobre seus empregados participarem dos lucros e resultados, o que coincide com a abertura de processo civil contra o coordenador do sindicato da categoria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.

Rosângela Reis, Presidente - Juninho Araújo.

## **ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/10/2011**

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Paulo Lamac e Fred Costa (substituindo o Deputado Neilando Pimenta, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fred Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a educação infantil no Município de Belo Horizonte e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Tatiana Veloso Ferraz, Diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública de Belo Horizonte; e Elaine Andrade da Silva, representante de pais da Comunidade Camilo Torres, e o Sr. Gustavo Alexandre Magalhães, Procurador Municipal de Belo Horizonte, representando Macaé Maria Evaristo, Secretária Municipal de Educação, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento dos Deputados Bosco, Paulo Lamac e Fred Costa em que solicitam sejam encaminhadas as notas taquigráficas desta reunião ao Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte e ao Sind-Rede. Em seguida, é recebido pela Presidência o requerimento do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para reavaliar e discutir a situação da educação infantil em Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.

Bosco, Presidente - Carlin Moura - Dalmo Ribeiro Silva - Rogério Correia.



## **ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/10/2011**

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.243/2011 (relator: Deputado João Vítor Xavier). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.

Zé Maia, Presidente – Gustavo Correa – João Vítor Xavier – Romel Anízio.

## **ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/10/2011**

Às 16h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elismar Prado, Carlos Mosconi e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.064 e 2.385/2011 (Deputado Elismar Prado) e 2.380/2011 (Deputado Tenente Lúcio); e, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.631/2011 (Deputado Elismar Prado). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Elismar Prado, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.057/2011 com a Emenda nº 1, que apresenta, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Carlos Mosconi. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe requerimento do Deputado Elismar Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater o repasse de recursos dos governos federal e estadual para a área da cultura de Belo Horizonte, bem como de apurar denúncias de deterioramento de espaços e de projetos culturais existentes nesse Município. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Délio Malheiros (2) em que solicita sejam realizadas reunião de audiência pública no Distrito de Angustura, em Além Paraíba, com a finalidade de debater a situação do patrimônio histórico local, e visita aos casarões do século XIX, localizados nesse Município, destinada a avaliar as condições físicas dos referidos imóveis. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de outubro de 2011.

Elismar Prado, Presidente.

## **ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/10/2011**

Às 9h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre o andamento das investigações dos assassinatos de Agentes de Segurança Penitenciários, policiais civis e policiais militares que vêm ocorrendo no Estado. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.099/2011, em turno único, e designa como seu relator o Deputado Paulo Lamac. Registra-se a presença da Deputada Liza Prado e dos Deputados Duarte Bechir e João Leite (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Alessandra Escobar Vieira Wilke, Delegada da Polícia Civil; e os Srs. Maj. PM Carlos Gonçalves Júnior, membro da Diretoria de Inteligência da PMMG, representando o Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral dessa Corporação; Wagner Pinto de Souza, Chefe da Divisão de Crimes Contra a Vida, representando Jairo Lellis Filho, Chefe da Polícia Civil; Murilo Andrade de Oliveira, Subsecretário de Administração Prisional; Cel. PM Edvaldo Piccinini Teixeira, Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Minas Gerais; Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Coordenador da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, representando o Subten. PM Raimundo Nonato Meneses Araújo, Presidente dessa Associação; Zoé Ferreira Santos, advogado da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais, representando o Sgt. BM Alexandre Rodrigues, Presidente dessa Associação; Fábio Henrique Queiroz, advogado do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais, representando o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, Presidente dessa entidade; Denilson Aparecido Martins, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil; José Maria Marques, Presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de



Minas Gerais; Maj. PM Ailton Cirilo da Silva, Vice-Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Bombeiro Militar de Minas Gerais; André Luiz Teixeira Mourão, Superintendente de Segurança Prisional; Alexandre Paulo Canella, Presidente do Sindicato dos Agentes Socioeducativos de Minas Gerais; Cel PM James Ferreira Santos, Juiz do Tribunal de Justiça Militar, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues (2) em que solicita sejam encaminhados ao Chefe da Polícia Civil e ao Comandante-Geral da PMMG pedidos de informações com relação ao andamento das investigações sobre as mortes e ameaças contra servidores da área de segurança pública, sobre a autoria desses crimes e sobre os procedimentos investigatórios a eles relacionados; seja encaminhado ao Presidente desta Casa pedido de providências para que envide esforços na tramitação do Projeto de Lei nº 1.353/2011, de autoria do Deputado Durval Ângelo; Durval Ângelo (5) em que solicita seja realizada reunião conjunta de audiência pública desta Comissão e da Comissão de Cultura para obter esclarecimentos sobre denúncia de danos ao patrimônio histórico e cultural da cidade de Ouro Preto e sobre a violação de direitos fundamentais da população que reside e trabalha na Rua São José, localizada no Centro Histórico da cidade; sejam encaminhados à Corregedoria da Secretaria de Estado de Defesa Social as notas taquigráficas desta reunião, os documentos que contêm denúncias de Agentes Penitenciários e pedido de informações sobre todos os casos de assédio moral e violação de direitos fundamentais neles relatados; sejam encaminhados à Câmara Municipal de Belo Horizonte pedidos de providências para que procedam à abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o Vereador Gêra Ornelas e para que seja encaminhado a todos os Vereadores vídeo que demonstra o comportamento impróprio desse parlamentar; sejam encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça e ao Chefe da Polícia Civil o vídeo entregue a esta Comissão que registrou a suposta participação do referido Vereador em atos libidinosos com uma adolescente e pedido de providências para que colham os depoimentos dos assessores do referido parlamentar, Elisângela Venâncio e Francisco; sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Defesa Social o trecho das notas taquigráficas desta reunião no qual se registrou a fala de Tomásia de Souza Rodrigues em que reivindica a regularização da aposentadoria de seu filho, o Agente de Segurança Penitenciário Edinaldo Fernandes Rodrigues, e pedido de providências para acelerar o referido processo de aposentadoria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente – Paulo Lamac – Sargento Rodrigues.

## **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/10/2011**

Às 11h4min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses, Carlos Henrique e Bosco (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sebastião Costa e Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício dos Srs. Antônio Sérgio Lima Braga, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte, e Weber Coutinho, da Gerência de Planejamento e Monitoramento Ambiental, encaminhando documento elaborado pela equipe técnica da Gerência de Recursos Hídricos, referente às nascentes mapeadas na Regional Centro Sul até o momento. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.445/2011, do Governador do Estado, em 1º turno, e avoca a si a relatoria da matéria. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.619/2011. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Sávio Souza Cruz, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Porteirinha para debater as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico e os possíveis impactos decorrentes dos grandes empreendimentos de mineração de ferro e ouro a serem implantados em Municípios da região, com a Emenda nº 1, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta, após a palavra "Porteirinha", a expressão "e Taiobeiras". Em decorrência da aprovação desta emenda, o Deputado Rogério Correia solicita ao Presidente que seja retirado de tramitação requerimento de sua autoria, no qual solicita seja realizada reunião de audiência pública nos Municípios de Taiobeiras e Janaúba, para debater os impactos sofridos pela população do norte de Minas Gerais devido ao grande crescimento das atividades de mineração na região. Foi adiada, a pedido do Deputado Bosco, a votação de requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir as providências a serem tomadas pelo Estado para o saneamento das irregularidades ocorridas na Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária e no ITER, tornadas públicas pela operação Grilo da Polícia Federal realizada em setembro de 2011 com a prisão de Diretores do referido Instituto, em especial as diligências realizadas para apuração da extensão da fraude e identificação dos imóveis irregularmente legitimados, assim como os resultados, parciais ou finais, dessas diligências e as ações efetivadas para a recuperação da propriedade desses imóveis pelo Estado; as referidas denúncias envolvem a destinação de terras devolutas para grandes empresas mineradoras. Foram recebidos pela Presidência requerimentos do Deputado Rogério Correia (2), em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Viçosa para debater e obter esclarecimentos sobre o processo de outorga para a utilização de recursos hídricos nas atividades minerárias no Estado de Minas





Gerais, em especial para as operações dos minerodutos, e seja realizada reunião de audiência pública para debater e obter esclarecimentos sobre as condições de segurança das redes da Cemig nos Municípios mineiros, bem como os critérios, métodos e periodicidade de manutenção executados pela empresa, tendo em vista as constantes quedas de energia no Estado e a proximidade do período chuvoso. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente – Tiago Ulisses – Antônio Júlio.

## **ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/10/2011**

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira (substituindo o Deputado Fred Costa, por indicação da Liderança do BTR) e os Deputados André Quintão e Bosco, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bosco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo, publicado no “Diário do Legislativo” de 14/10/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado André Quintão (2) em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde pedido de providências para verificar, com urgência, a regularidade da construção da Unidade Básica de Saúde na aldeia indígena Pataxó em Carmésia; e seja encaminhado à Secretária de Estado de Educação abaixo-assinado que trata da aplicabilidade, no âmbito da rede estadual de ensino, da Lei nº 16.683, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado, bem como pedido de providências para que o concurso público em andamento para a área da educação preveja a contratação dos profissionais de que trata a referida lei. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública para debater os problemas operacionais do metrô de Belo Horizonte e a situação dos metroviários. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2011.

André Quintão, Presidente – Carlin Moura – Bosco.

## **ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/10/2011**

Às 17h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Gustavo Corrêa, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Tiago Ulisses. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.122/2011 (relator: Deputado Célio Moreira). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira em que solicita sejam encaminhadas à Ouvidoria Ambiental do Estado as notas taquigráficas da 15ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/10/11; e Rogério Correia (2) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplog - pedidos de informações para que esclareçam os seguintes pontos em relação à taxa de incêndio, criada pela Lei nº 14.938, de 2003: a) quanto foi arrecadado com a taxa, ano a ano, discriminadamente, desde a sua instituição; b) como foram aplicados os recursos arrecadados com a taxa, ano a ano, discriminadamente, segundo a divisão de recursos estabelecida na lei que a instituiu, discriminando-se, também, os valores aplicados por município, desde o período em que a lei foi promulgada; c) encaminhamento à Comissão, ao fim de cada ano civil, das informações solicitadas nos itens "a" e "b"; seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar pedido de informações, ao fim de cada ano civil, discriminadamente, sobre quais foram os equipamentos, com os seus respectivos valores, adquiridos com a taxa de incêndio criada pela referida lei; e seja encaminhado ao Corpo de Bombeiros Militar pedido de informações, discriminadamente, a partir de 2004 e ano a ano, sobre quais foram os equipamentos, com os seus respectivos valores, adquiridos com a taxa de incêndio criada pela Lei nº 14.938, de 2003. Em seguida, são recebidos pela Presidência requerimentos do Deputado Célio Moreira (2) em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de informações sobre o cronograma de implantação da Estação de Tratamento de Esgoto e de toda a rede coletora no Município de São Joaquim de Bicas; e seja encaminhado à Agência Reguladora dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgoto - Arsae - pedido de informações sobre a cobrança do serviço de coleta e tratamento de esgoto no Município de São Joaquim de Bicas, esclarecendo se está sendo efetuada de acordo com a legislação, uma vez que o serviço não foi totalmente implantado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.



Célio Moreira, Presidente - Duarte Bechir - Gustavo Corrêa - Luzia Ferreira.

## **ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/10/2011**

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões o Deputado João Leite, membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Tadeu Martins Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a implementação de ações conjuntas das forças de segurança pública que objetivem conter a violência na cidade, em especial a ocorrência de homicídios ocasionados pela disputa entre quadrilhas rivais de traficantes de drogas, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Joana D'arc Oliveira Alves, Chefe da Polícia Rodoviária Federal em Montes Claros, e Vânia Cássia Miranda Mota, Gestora Social do Centro de Prevenção à Criminalidade de Montes Claros da Secretaria de Estado de Defesa Social; e os Srs. Luiz Tadeu Leite, Prefeito Municipal de Montes Claros, Athos Mameluque Mota, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros, Isaías Caldeira Veloso, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Montes Claros, Marcelo Eduardo Freitas, Chefe da Delegacia da Polícia Federal de Montes Claros, representando o Sr. Fernando Duran Poch, Superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais, Cel. PM Franklin de Paula Silveira, Comandante da 11ª Região da Polícia Militar, representando o Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Major Sérgio Ricardo Santos de Oliveira, Comandante do 7º Batalhão de Bombeiros Militar, Aluizio Mesquita, Chefe do 11º Departamento de Polícia Civil, representando Jairo Lellis Filho, Chefe da Polícia Civil em Minas Gerais; Major Roner dos Santos, representando o Cel. Aristóteles Martins Rocha, Comandante do 55º Batalhão de Infantaria do Exército, Orlando Walter Andrade Camargo, Secretário Municipal de Defesa Social da Prefeitura de Montes Claros, e Antônio Augusto Coelho Tavares, Presidente do Conselho Municipal de Álcool e Drogas de Montes Claros, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Tadeu Martins Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do Deputado Paulo Guedes. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, é recebido documento do Vereador Athos Mameluque, Presidente da Comissão de Segurança e de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Montes Claros, contendo pedido de providências para que esta Comissão interceda junto aos órgãos competentes para solucionar o homicídio de uma criança de seis anos, vítima de bala perdida, ocorrido em 25/7/2011, em Montes Claros. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.

João Leite, Presidente – Maria Tereza Lara – Sargento Rodrigues.

## **ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/10/2011**

Às 10h15min, comparecem no Município de Nova Ponte os Deputados Tenente Lúcio e Elismar Prado (substituindo o Deputado Ulysses Gomes, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior nos termos do inciso III, do art. 120, do Regimento Interno, considera-a aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a pesca esportiva e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. José Divino da Silva, Prefeito Municipal de Nova Ponte; Vereador Valmir Sena, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nova Ponte, representando o Sr. José dos Reis, Presidente da Câmara Municipal de Nova Ponte; Marcelo Coutinho Amarante, Diretor de Fiscalização da Pesca, representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Leopoldo Ribeiro Torres, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Nova Ponte; Neudon Veloso, Presidente da Federação Brasileira de Pesca Esportiva; Marlúcio Ferreira dos Santos, Diretor da Associação de Pesca Esportiva e Consciência Ambiental de Uberlândia; Célio Pereira Resende, Secretário Municipal de Agropecuária de Nova Ponte; Alexandre Estanislau Silva, Presidente da Federação Mineira de Pesca Esportiva; Ten. PM Oscar Correia Quintão, Comandante do 2º Pelotão de Nova Ponte; Sgt. PM Devanir de Melo, Comandante de Polícia de Meio Ambiente de Nova Ponte; Luiz de Lima Garcia, Presidente do Jornal Jumbinho; Vereadora Zilda Elias Rodrigues Resende; Vereador Sérgio Antônio Fonseca; Lester Scalon, consultor técnico, pescador e repórter da revista “Pesca e Cia.”; que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Deputado Tenente Lúcio tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente – Dalmo Ribeiro Silva – João Leite.



## **ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/10/2011**

Às 9h15min, comparece na Câmara Municipal de Ubá o Deputado Elismar Prado, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que dá por aprovada, e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater sobre o evento internacional Arte pela Paz, que será realizado em 2013, no Município de Ubá, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Edvaldo Baião Albino, Prefeito Municipal de Ubá; Rosângela Maria Alfenas de Andrade, Presidente da Câmara Municipal de Ubá; Maria Aparecida Camiloto Rocha, Secretária Municipal de Cultura de Ubá; João Carlos Teixeira Mendes, representante da Athenas Artes no Brasil; Cícero Mauro Fialho Rodrigues, Presidente do Comitê Brasileiro Arte pela Paz; Bianca Solléro, Assessora de Relações Internacionais do Comitê Brasileiro Arte pela Paz; Helder Carneiro, Gerente da Divisão de Treinamento da Prefeitura Municipal de Ubá e Secretário Executivo da Comissão Municipal Arte pela Paz; e Ten. - Cel. Carlos José Bratiliere, Comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e, cumprida a finalidade desta, agradece a presença dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.

Elismar Prado, Presidente – Rômulo Veneroso – João Leite.

## **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16/2011, EM 25/10/2011**

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Bosco, Sargento Rodrigues e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2011 com a Emenda nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: Deputado Bosco). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 25 de outubro de 2011.

João Leite, Presidente – Bosco – Sargento Rodrigues – Vanderlei Miranda.

## **ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/10/2011**

Às 10h4min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira e André Quintão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores a Deputada e os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.569, 2.582 e 2.585/2011 (Deputado André Quintão); 2.562, 2.565, 2.572, 2.574 e 2.581/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 1.680, 2.567, 2.570, 2.579 e 2.580/2011 (Deputado Cássio Soares); 2.558, 2.560 e 2.568/2011 (Deputado Delvito Alves); 2.557, 2.566, 2.575 e 2.578/2011 (Deputado Luiz Henrique);

2.559, 2.563, 2.573 e 2.577/2011 (Deputada Rosângela Reis); e 2.571/2011 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 85/2011, no 1º turno, deixa de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, Deputado Sebastião Costa. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.469/2011, e no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.219/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira, em virtude de redistribuição); 2.336 com a Emenda nº 1 e 2.442/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 502/2011 (relator: Deputado Rosângela Reis); 1.084/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Os Projetos de Lei nºs 1.082 e 1.088 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Delvito Alves, aprovado pela Comissão. Comparece no recinto o Deputado Cássio Soares. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.545, 1.983, 2.060 e 2.285/2011, todos na forma do Substitutivo nº 1, e 2.249/2011 (relator: Deputado André Quintão); 2.391/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Cássio Soares). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social o Projeto de Lei nº 1.570/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira) e à Secretaria de Estado de

Desenvolvimento Social, ao Conselho Estadual de Assistência Social e ao Conselho Estadual do Idoso o Projeto de Lei nº 2.525/2011. A Presidência registra a presença dos estudantes do 6º e 8º períodos do curso de jornalismo da Universidade Católica de Minas Gerais e da Sra. Bertha Maakaroun, Professora e Jornalista. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, legalidade e constitucionalidade dos Projetos de Lei nºs 2.431, 2.432, 2.465, 2.467, 2.486 este com a Emenda nº 1, 2.473/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, os cinco primeiros em virtude de redistribuição); 2.455, 2.456, 2.464 e 2.492/2011 (relator: Deputado André Quintão); 2.474 e 2.483/2011 este com a Emenda nº 1 (relatora: Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos que solicitam sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 2.430, 2.434, 2.457, 2.471, 2.472, 2.484, 2.485 e 2.487/2011 e à Secretaria de Estado de Educação e ao autor o Projeto de Lei nº 2.454/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 2011.

Sebastião Costa, Presidente – André Quintão – Bruno Siqueira – Cássio Soares – Luzia Ferreira – Rosângela Reis.

### **ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/10/2011**

Às 14h9min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Antônio Júlio, João Vítor Xavier, Romel Anízio, Ulysses Gomes e Gustavo Corrêa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica que estão abertos até o dia 14/11/2011 os prazos para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 2.520 e 2.521/2011. Os Projetos de Lei nºs 2.442 e 2.449/2011 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Romel Anízio, aprovado pela Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 8/2011 com as Emendas nºs 1 a 3 (relator: Deputado Zé Maia); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.444/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 2 (relator: Deputado Doutor Viana); 2.450/2011 (relator: Deputado Gustavo Perrella) e 2.451/2011 (relator: Deputado Doutor Viana) com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública; 2.122/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (relator: Deputado Romel Anízio); 2.336/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Gustavo Corrêa); 2.447/2011 (relator: Deputado João Vítor Xavier) e 2.452/2011 (relator: Deputado Romel Anízio) com a Emenda nº 1. Os Deputados João Vítor Xavier e Gustavo Corrêa retiram-se da reunião. Registra-se a presença do Deputado Rômulo Viegas. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Resolução nº 2.599/2011, que recebeu parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.

Zé Maia, Presidente - Antônio Júlio - Doutor Viana - Romel Anízio.

### **ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/10/2011**

Às 14h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Pompílio Canavez, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Pompílio Canavez, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a exploração de areia no Rio Muzambo e os possíveis danos ambientais decorrentes de tal atividade e a deliberar sobre proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Osmarina Maria Aparecida de Moraes Rocha, ex-Vereadora de Monte Belo; os Srs. Humberto Fernandes Maciel, Prefeito Municipal de Monte Belo; Cláudio Augusto Siqueira, Prefeito de Cabo Verde; Ronei de Brito, Prefeito de Nova Resende; Nilson Donizette da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Monte Belo; Luciano Junqueira de Melo, Superintendente da Supram Sul de Minas, representando Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Marcelo Fernandes dos Santos, Promotor de Justiça da Comarca de Monte Belo; Aleimar de Melo, Chefe do Escritório do DNPM em Poços de Caldas; o Sgt. Moreira, Comandante do Destacamento da Polícia Militar em Monte Belo; e o Sgt. Alves, Comandante da Polícia Militar Ambiental em Monte Belo, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.

Almir Paraca, Presidente - Paulo Lamac - João Leite.

## **ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/10/2011**

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a enaltecer os policiais militares lotados no 36º BPM em razão de seu brilhante desempenho em operação de combate ao tráfico de drogas no Bairro Visão, no Município de Lagoa Santa, e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Major PM José Carlos Felício, Comandante do 36º BPM; Sub. Ten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Aspra; Cap. PM André de Souza Bastos; 2º-Ten. PM Felipe Gouvea Rocha; 1º-Sgt. PM Paulo César Coelho; 3º-Sgt. PM Davidson Lucas Lourenço; 3º-Sgt. PM Sérgio Silvino Pereira; 3º-Sgt. PM Gleison Mauro de Souza; Cb. PM Wanderson de Jesus Alvim; Cb. PM João Rodrigues Caetano; Cb. PM Anderson Clayton Ferreira; Cb. PM Ivan Lacerda da Silva; Sd. PM Marcelo Santos Marcelino; Sd. PM Rodrigo Magno Silva de Miranda; Sd. PM Marciano Francisco de Aguiar; Sd. PM Flávio Gleison de Andrade Amaral; Sd. PM Pedro Henrique Rocha de Souza; e Sd. PM Gilberto Mariano dos Anjos, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Em seguida, os Deputados presentes fazem a entrega das manifestações de aplauso aos policiais congratulados. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.443/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Maria Tereza Lara); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.018/2011, com a Emenda nº 1; e 1.353/2011 na forma do Substitutivo nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Sargento Rodrigues). Registra-se a presença do Deputado Cássio Soares. O Deputado Sargento Rodrigues retira-se da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.756/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a implantação de um complexo prisional no Município de Poços de Caldas, já que haveria um compromisso do Executivo Estadual e a doação do terreno, por parte da Prefeitura, para essa finalidade, conforme matéria veiculada no jornal local; e seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão e da Comissão de Direitos Humanos para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 28/2011, em tramitação nesta Casa, que dispõe sobre a retirada das funções administrativas da Polícia Civil, em especial o Detran; do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao 2º Sgt. PM Wallace Lázaro Rodrigues Lopes e ao 3º Sgt. PM Hebert dos Santos Rosa, lotados no 36º BPM, em Vespasiano, pela atuação na apreensão de 150 kg de pasta base de cocaína, 1 kg de crack e 1 balança de precisão, além de vários cheques, joias e veículos no Bairro Visão, no Município de Lagoa Santa; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Cássio Soares e João Leite em que solicitam seja encaminhado ao Subsecretário de Atendimento às Medidas Socioeducativas pedido de providências para transferir o atendimento aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no 2º Departamento de Polícia de Betim para os agentes socioeducativos; do Deputado Carlos Mosconi em que solicita seja realizada reunião de audiência pública desta Comissão e da Comissão de Saúde para debater a questão do crack; da Deputada Maria Tereza Lara e dos Deputados Tadeu Martins Leite, Paulo Guedes, João Leite, Cássio Soares e Sargento Rodrigues (13) em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e à Polícia Civil pedido de providências para a criação, no Município de Montes Claros, de um Posto de Perícias Integradas; seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e à Polícia Civil pedido de providências para a criação, no Município de Montes Claros, de uma delegacia especializada em homicídios, considerando o aumento dessa modalidade criminosa na localidade; seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e à Polícia Civil pedido de providências para a contratação de empresas especializadas em manutenção de viaturas e equipamentos de informática, para atendimento às unidades da Polícia Civil situadas na região Norte de Minas; seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social, à Polícia Civil e ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para o atendimento com efetivo policial fixo no Distrito de São Joaquim, pertencente ao Município de Januária, de cuja sede dista cerca de 100Km, com uma população de aproximadamente 7 mil habitantes; seja encaminhado à Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais pedido de providências para ampliar o efetivo da corporação na região Norte de Minas, tendo em vista que hoje o órgão tem apenas 33 servidores e dois postos para policiarem mais de 600Km de rodovias; seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social, ao Comando-Geral da PMMG e à Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais pedido de providências para a realização de convênio entre o Estado e a União, com a finalidade de possibilitar a cooperação ou assunção do policiamento de determinadas rodovias federais pela PMMG; seja encaminhado ao Comando Militar do Leste, do Exército Brasileiro, pedido de providências para a ampliação do número de reservistas a serem incorporados ao 55º Batalhão de Infantaria, com sede em Montes Claros, tendo em vista os benefícios para a juventude local; seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a duplicação da abrangência do sistema Olho Vivo no Município de Montes Claros, em virtude dos índices de violência e criminalidade; seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para agilizar a criação da delegacia regional referente à 71ª Área de Coordenação Integrada de Segurança Pública - Acisp 71 -, sediada em

Taiobeiras, em função das necessidades da região que será atendida pela referida unidade; seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e à Polícia Civil pedido de providências para aumentar o quadro de pessoal da Polícia Civil lotado na região Norte de Minas, a fim de recompor seu efetivo e restaurar sua capacidade de ação, tendo em vista que o número de policiais civis hoje presentes na região é inferior ao que existia dez anos atrás; seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e à Subsecretaria de Administração Prisional pedido de providências para organizar a alocação de vagas no sistema penitenciário estadual assumindo como critério prioritário a região de origem do preso; seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e à Subsecretaria de Administração Prisional pedido de providências para agilizar a transferência da administração das cadeias públicas ainda sob responsabilidade da Polícia Civil para a Subsecretaria de Administração Prisional; seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e à Subsecretaria de Administração Prisional pedido de providências para a criação de uma Associação de Proteção e Assistência ao Condenado - Apac - no Município de Montes Claros, com capacidade para atendimento a 250 presos, tendo em vista a necessidade de uma unidade dessa natureza na citada localidade; do Deputado Tadeu Martins Leite em que solicita seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG, ao Chefe da Polícia Civil, ao Superintendente da Polícia Federal em Minas Gerais e ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais pedido de providências para a realização periódica e integrada de operações do tipo "pente fino", abrangendo especialmente as rodovias que cortam o Município de Montes Claros, com o objetivo de intensificar a repressão ao transporte e tráfico de drogas e armas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 2011.

João Leite, Presidente – Maria Tereza Lara - Sargento Rodrigues.

### **ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/10/2011**

Às 14h47min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Duarte Bechir, Deiró Marra e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e suspende a reunião. Às 16h13m são reabertos os trabalhos, com a presença dos Deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão (substituindo a Deputada Ana Maria Resende) e Rômulo Viegas (substituindo o Deputado Luiz Henrique, ambos por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado). O Presidente, Deputado Duarte Bechir, acusa o recebimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2011, da qual designou como relator o Deputado Bonifácio Mourão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Luiz Henrique - Ana Maria Resende.

### **ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/10/2011**

Às 15h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Gustavo Perrella e Ulysses Gomes (substituindo o Deputado Adelmo Carneiro Leão, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Luiz Carlos Miranda. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ulysses Gomes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 915/2011 (Deputado Tadeu Martins Leite), 2.583/2011 (Deputado Fabiano Tolentino), 2.237/2011 (Deputado Adelmo Carneiro Leão) e 1.796/2011 (Deputado Marques Abreu). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.273, 2.287 e 2.314/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.636, 1.637, 1.720 e 1.755/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Rômulo Viegas em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para debater questões relativas a exigências da Fifa que constituem intervenção direta no domínio econômico privado no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 2011.

Marques Abreu, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Fabiano Tolentino.





## **ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/10/2011**

Às 15h24min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Carlos Mosconi, Presidente da supracitada Comissão, que declara aberta a reunião e, com base no art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual dá por aprovada e subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a necessidade de melhoria das condições de trabalho, assistência à população e remuneração dos médicos que atendem junto ao Sistema Único de Saúde, com os seguintes convidados, que são chamados a tomar assento à mesa: Sra. Cibele Alves de Carvalho, Diretora Tesoureira do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais – CRM-MG –, representando o Sr. Manuel Maurício Gonçalves, Presidente do CRM-MG; Renato Leal Paixão Raso, Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Saúde, representando o Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; Lincoln Lopes Ferreira, Presidente da Associação Médica de Minas Gerais – AMMG –; Márcio Silva Fortini, Diretor de Defesa Profissional da AMMG; Juraci Gonçalves de Oliveira, Diretor Adjunto de Defesa Profissional da AMMG; Cristiano da Matta Machado, Presidente do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais; e Alcebiades Leal Filho, Coordenador da Comissão Estadual de Honorários Médicos de Minas Gerais. A Presidência comunica o recebimento de comunicação do Deputado Délio Malheiros, autor do requerimento que deu origem ao debate, desculpando-se por sua ausência nesta reunião. Ato contínuo, fazem-se presentes os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira. A Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Doutor Wilson Batista - Neider Moreira - Adelmo Carneiro Leão.

## **ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/10/2011**

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a cumprir o que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no que se refere à demonstração e à avaliação, por parte do Poder Executivo, do cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o Estado referentes aos primeiro e segundo quadrimestres de 2011 e comunica que estão abertos até o dia 14/11/2011 os prazos para o recebimento de emendas aos Projetos de Lei nºs 2.520 e 2.521/2011. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projeto de Lei Complementar nº 18/2011 e Projeto de Lei nº 577/2011 (Deputado João Vítor Xavier), no 1º turno; Projeto de Resolução nº 2.599/2011, em turno único, e Projeto de Lei nº 2.087/2011, no 1º turno (Deputado Zé Maia); e Projetos de Lei nºs 596/2011 (Deputado Antônio Júlio); 1.169/2011 (Deputado Ulysses Gomes); 2.220/2011 (Deputado Gustavo Perrella); e 2.356/2011 (Deputado Romel Anízio), no 1º turno. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. André Abreu Reis, Subsecretário de Planejamento e Orçamento, e a Sra. Aline Tavares, Superintendente de Planejamento e Programação Orçamentária, representando a Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; a Sra. Maria da Conceição Barros Resende, Diretora da Superintendência Central de Contadoria-Geral, e o Sr. Magno Simões de Brito, Diretor Central de Gestão da Dívida Pública, representando o Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima, Secretário de Estado de Fazenda; e a Sra. Maria Rita de Carvalho Rocha, Diretora de Gestão Fiscal da Seplag, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Suspende-se a reunião. Às 14h55min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ivair Nogueira. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 8/2011, o Projeto de Resolução nº 2.599/2011 e os Projetos de Lei nºs 2.122, 2.336, 2.444, 2.447 e 2.450 a 2.452/2011 são retirados da pauta por terem sido apreciados em reunião anterior; os Projetos de Lei nºs 2.390 e 2.448/2011, por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais; e os Projetos de Lei nºs 2.442 e 2.449/2011, atendendo-se a requerimento do Deputado Antônio Júlio aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 18/2011 (relator: Deputado João Vítor Xavier) e dos Projetos de Lei nºs 186/2011 (relator: Deputado Doutor Viana) e 257/2011 (relator: Deputado João Vítor Xavier) na forma dos Substitutivos nº 2, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e pela rejeição dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 852/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Romel Anízio); 1.319/2011 na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; e 2.249/2011 (relator: Deputado Doutor Viana). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 2011.

Antônio Júlio, Presidente - Duarte Bechir - João Vítor Xavier - Sebastião Costa - Luiz Carlos Miranda.



## **ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/10/2011**

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Duarte Bechir e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores a Deputada e o Deputado citados a seguir: Projetos de Lei nºs 328, 765, 911, 1.587, 1.624, 1.765, 1.774, 1.775, 1.930, 2.044, 2.052, 2.066, 2.068, 2.103, 2.107, 2.119, 2.120/2011 (Deputada Ana Maria Resende); 2.127, 2.130, 2.138, 2.141, 2.146, 2.147, 2.166, 2.168, 2.170, 2.175, 2.189, 2.194, 2.199, 2.202, 2.205, 2.209, 2.213 e 2.283/2011 (Deputado Luiz Henrique). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 328 e 765/2011. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 911, 1.587, 1.624, 1.765, 1.774, 1.775, 1.930, 2.044, 2.052, 2.066, 2.068, 2.103, 2.107, 2.119, 2.120, 2.127, 2.130, 2.138, 2.141, 2.146, 2.147, 2.166, 2.168, 2.170, 2.175, 2.189, 2.194, 2.199, 2.202, 2.205, 2.209, 2.213 e 2.283/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de hoje, às 20h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Luiz Henrique – Ana Maria Resende.

## **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/10/2011**

Às 20h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Duarte Bechir e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Resolução nº 2.599/2011 e Projeto de Lei nº 2.266/2011 (Deputado Luiz Henrique) e Projeto de Lei nº 2.243/2011 (Deputada Ana Maria Resende). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Resolução nº 2.599/2011 e dos Projetos de Lei nºs 2.243 e 2.266/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Luiz Henrique - Ana Maria Resende.

## **ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 31/10/2011**

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Célio Moreira, Duarte Bechir e Gustavo Corrêa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Corrêa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 2º turno, o parecer pela aprovação na forma do vencido no 1º turno do Projeto de Lei nº 2.122/2011 (relator: Deputado Célio Moreira). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as reivindicações da Associação dos Pescadores do Município de Nova Ponte, que estariam sendo prejudicados e impedidos de desenvolverem suas atividades profissionais. Logo após, é recebido pela Presidência requerimento do Deputado Paulo Guedes, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, no Município de Porteirinha, para debater a instalação de empresas mineradoras no Município e região e os respectivos impactos ecológico, econômico e social. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 2011.

Célio Moreira, Presidente - Duarte Bechir - Gustavo Corrêa - Sávio Souza Cruz.



**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 14 horas do dia 7/11/2011, destinada à apresentação da atualização do PMDI 2011/2030 e do PPAG 2012/2015.

Palácio da Inconfidência, 4 de novembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 7/11/2011, destinada a homenagear o Centro dos Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais – Ceppo – pela posse de sua nova diretoria.

Palácio da Inconfidência, 4 de novembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Carlos Mosconi, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/11/2011, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com a presença de convidados, possíveis formas de geração de trabalho e renda para os expositores da Feira de Artesanato do Mineirinho, bem como a possibilidade de sua transferência provisória para outro local durante as obras de reforma; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.

Elismar Prado, Presidente.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com o Centro Educacional Técnico e Artes Profissionais pelos 30 anos de sua fundação (Requerimento nº 1.595/2011, do Deputado Rômulo Veneroso);

de congratulações com os Srs. Zenaido Lima da Fonseca e Irani Muniz Leão, extensionistas agropecuários da Emater-MG em Arcos, pelo desenvolvimento do Projeto Transformar Jovens Rurais junto a filhos de produtores rurais de Japaraíba, Arcos e Santo Antônio do Monte e pelo 1º lugar obtido na premiação Furnas Ouro Azul 2010, na categoria Comunidade (Requerimento nº 1.610/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Uberlândia pelos excelentes resultados obtidos por esse Município na última pesquisa do Instituto Trata Brasil (Requerimento nº 1.614/2011, do Deputado Romel Anízio);

de congratulações com a MG Sul Indústria e Comércio de Peças Automotivas Ltda. pela obtenção da Certificação Internacional de Fornecedor Preferencial da Robert Bosch Ltda. (Requerimento nº 1.615/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Associação Brasileira dos Criadores da Raça Girolando pela realização do 1º Congresso Brasileiro da Raça Girolando (Requerimento nº 1.617/2011, do Deputado Bosco);

de aplauso à Secretaria de Ciência e Tecnologia pela inauguração da Cidade das Águas (Requerimento nº 1.619/2011, dos Deputados Bosco e João Vítor Xavier);

de aplauso ao Sr. Marcos Maracanã, apresentador do programa "Brasil Urgente - Minas", da BandMinas, e ao seu produtor, Sr. Severino Izael da Silva, pelo excelente trabalho realizado em prol do telejornalismo do nosso Estado e pelo grande sucesso do referido programa (Requerimento nº 1.620/2011, do Deputado Tenente Lúcio);

de congratulações com a comunidade de Campanha pelos 213 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.621/2011, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Serrania pelos 73 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.622/2011, do Deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Pains pela instalação de uma unidade do Procon nesse Município (Requerimento nº 1.623/2011, do Deputado Délio Malheiros);



de congratulações com a Sra. Ruth Beatriz Vasconcelos pelo brilhante trabalho desenvolvido ao longo da sua carreira em defesa dos direitos do trabalhador (Requerimento nº 1.625/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a comunidade de Virgem da Lapa pelos 63 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.626/2011, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Gouveia pelos 58 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.627/2011, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Buenópolis pelos 72 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.628/2011, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Presidente Kubitschek pelos 49 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.629/2011, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Cordisburgo pelos 73 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.630/2011, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Morro da Garça pelos 49 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.674/2011, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Lassance pelos 58 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.675/2011, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Instituto Brasileiro de Turismólogos pela passagem do Dia Mundial do Turismo (Requerimento nº 1.676/2011, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso ao Sr. Guy Boaventura, repórter apresentador do programa "Minas Urgente", da TV Bandeirantes Triângulo, pelo trabalho realizado em prol do telejornalismo no Estado e em especial no Triângulo (Requerimento nº 1.677/2011, do Deputado Tenente Lúcio);

de congratulações com o Centro de Estudos Aplicados ao Desenvolvimento Brasileiro pelo lançamento da revista "Bandung" e pela qualidade de seu primeiro número (Requerimento nº 1.678/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a comunidade de Alfenas pelo aniversário de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.679/2011, do Deputado Pompílio Canavez);

de congratulações com a Associação de Amigas da Santa Casa, de Campo Belo, pela conquista da primeira colocação no Prêmio Assis Chateaubriand, do VIII Fórum Regional de Responsabilidade Social, na categoria Ouro (Requerimento nº 1.700/2011, do Deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a comunidade de Entre Folhas pelos 200 anos desse Município (Requerimento nº 1.701/2011, do Deputado Hélio Gomes);

de congratulações com a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Minas Gerais pela posse dos Conselhos Consultivos, de Administração e Fiscal para o triênio 2011-2014 (Requerimento nº 1.714/2011, do Deputado Jayro Lessa);

de aplauso à Polícia Civil pela captura, no Estado de São Paulo, de Bruno Rodrigues de Souza, Ângelo Gonçalves de Miranda Filho e Genilson Santana Dias (Requerimento nº 1.727/2011, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso ao Ministério da Casa Civil, à Presidente da República e à Secretaria-Geral da Presidência da República pela assinatura do decreto presidencial que reconheceu o território quilombola Brejo dos Crioulos, nos Municípios de Varzelândia, Verdelandia e São João da Ponte (Requerimento nº 1.735/2011, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso ao Comando-Geral da PMMG pelo atendimento de pedidos de providências dessa Comissão relacionados a violações de direitos humanos de policiais, especialmente a negativa ao direito constitucional de petição (Requerimento nº 1.738/2011, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso às Sras. Sonia Marques Leão, Maria Aparecida de Abreu e Geovânia Cortes de Abreu e aos Srs. Leontino Luiz Hilário e Francisco de Abreu pela postura firme em defesa de seus direitos ao ocuparem as instalações da Assembleia de forma ordeira e pacífica para reivindicar reunião com o governo do Estado (Requerimento nº 1.740/2011, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com o Consolato D'Italia de Belo Horizonte pelo lançamento do Momento Itália-Brasil em Minas Gerais, Goiás e Tocantins (Requerimento nº 1.753/2011, do Deputado Jayro Lessa);

de aplauso aos policiais militares Cb. Renato Lúcio de Oliveira, Sd. Jonas Moreira Martins, Sd. Luiz Otávio Rodrigues Guimarães e 3º-Sgt. José Roberto Alves Rodrigues, lotados na 2ª Cia. do Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas, pela participação da operação que apreendeu 15kg de cocaína, uma balança de precisão e outros materiais que seriam utilizados para a comercialização da droga no Bairro Aarão Reis, no Município de Belo Horizonte (Requerimento nº 1.805/2011, da Comissão de Segurança Pública).



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 27/10/2011

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia, servidores do Legislativo, neste momento gostaria de dividir o meu pronunciamento em dois tópicos. O primeiro é endereçado ao Governador Anastasia, pois estamos aguardando ansiosamente o anúncio do pagamento do prêmio de produtividade dos servidores do Poder Executivo. Tenho recebido em meu gabinete centenas de "e-mails" de policiais militares e civis, de Agentes Penitenciários e Socioeducativos, ou seja, todos os servidores do Estado têm se manifestado com cobranças ao Governador de uma posição em relação



ao pagamento do prêmio de produtividade. Gostaria de lembrar que no ano passado o prêmio foi pago no mês de setembro, e esse é o motivo de nossa preocupação.

Tenho certeza de que não só este Deputado, mas também diversos Deputados e Deputadas desta Casa têm recebido cobranças dos servidores públicos solicitando uma posição efetiva quanto ao pagamento do prêmio de produtividade. Sabemos que a Lei nº 17.600 prevê essa vinculação à receita, mas é óbvio que em momento algum o governo anunciou que teria problema de caixa para fazer o pagamento, motivo pelo qual os servidores continuam aguardando de forma muito apreensiva e ansiosa.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e, em especial, aqueles que nos assistem pela TV Assembleia, gostaria de dizer que muitos já fizeram dívidas com esse dinheiro e empenharam esses valores por entender que o governo iria pagar o prêmio no mês de setembro. Tive zelo quanto a essa questão, mas tenho sido até cobrado excessivamente por alguns companheiros da polícia, que acham que eu não tenho feito as cobranças. Já estive com o Secretário Danilo de Castro e ontem mesmo conversei novamente por telefone com o Vice-Governador Alberto Pinto Coelho sobre a nossa apreensão. Eu mesmo solicitei que buscasse uma informação do Governador Anastasia quanto ao pagamento do prêmio de produtividade. Aliás, gostaria de repetir aqui as palavras do Deputado Rogério Correia, porque foram as mesmas palavras que o Secretário Danilo de Castro disse a ele e a mim na semana passada. Primeiro, o governo priorizou o pagamento em dia; segundo, o pagamento do 13º salário; terceiro, o pagamento do prêmio de produtividade; e, por último, o pagamento aos fornecedores. No entanto, os servidores continuam nos cobrando.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amanhã, dia 28 de outubro, comemora-se o Dia do Servidor Público. O Secretário Danilo de Castro me havia dito que até o final deste mês teríamos uma notícia quanto ao pagamento e, quem sabe, até amanhã, Dia do Servidor Público, o governo, ou melhor, o Governador Antonio Anastasia possa divulgar pela imprensa o pagamento do prêmio de produtividade?

Quero alertar o Governador, o Vice-Governador e o Secretário de Governo de que as cobranças pelo pagamento do prêmio têm sido intensas no nosso gabinete, tanto por telefonemas quanto por mensagens eletrônicas. Portanto, apelo ao Governador para que venha a público falar sobre a previsão desse pagamento, pois os policiais e os servidores em geral estão aguardando uma notícia dele. Como se trata do Poder Executivo, é bom que os servidores entendam que o nosso papel é visitar, oficial e cobrar do governo, e isso temos feito e continuaremos fazendo.

Portanto, Sr. Presidente, expresso aqui essa preocupação e faço esse apelo ao Governador Anastasia para que ele se manifeste publicamente e envie mensagem aos servidores públicos de Minas Gerais dizendo qual a previsão do pagamento do prêmio de produtividade, porque é isso que os servidores do Executivo aguardam ansiosamente. Volto a repetir que muitos deles já fizeram dívidas e estão com essa verba empenhada porque gastaram o dinheiro. Agora eles aguardam essa manifestação do Governador.

Então, esclareço a todos que têm telefonado e enviado “e-mails” ao gabinete que se trata de uma decisão do Governador. Portanto, o nosso apelo é a ele para que se manifeste o mais brevemente possível. Se ele disser que esse dinheiro ainda não está em caixa para fazer o pagamento, que ele venha dizer isso publicamente, porque o servidor espera uma notícia do Governador Anastasia em relação ao pagamento do prêmio de produtividade.

Presidente, tenho outro assunto que diz respeito à fala do Deputado Rogério Correia. Tenho procurado insistentemente o Presidente desta Casa e ontem também fui cobrado pelos Deputados da Bancada do PDT para fazer essa interlocução com o Presidente, para que ele informe o dia em que o projeto de resolução que trata do reajuste do servidor do Legislativo chegará à pauta desta Casa.

Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, e Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário, que se faz presente no Plenário, como eu disse há pouco ao Presidente Inácio Franco, vamos apelar ao Presidente para que ele se reúna pelo menos com o Colégio de Líderes e ouça o que temos a dizer. O Colégio de Líderes sempre foi uma instância deliberativa nesta Casa, e o Presidente pode consultá-lo quantas vezes forem necessárias. Na condição de Líder do PDT, sugiro a V. Exa., ao Deputado Rogério Correia, que é Líder do PT, e aos demais líderes e membros da Mesa que procuremos o Presidente. Cabe agora não apenas a este Deputado, ao Líder do PDT, aos Deputados do PDT e do PT, mas aos Líderes desta Casa procurar o Presidente ou pelo menos provocar uma reunião com ele para que esse projeto seja pautado imediatamente.

Acompanhamos as falas de V. Exa., mas temos informações de que não há problema com o caixa, pois temos contato com os demais Deputados da Mesa. O dinheiro para a concessão do reajuste do servidor está resguardado, e a Assembleia tem condição de fazê-lo. O maior problema nesse caso, Deputado Inácio Franco, é o tempo de espera, que começa a ficar excessivo. Apelo a V. Exa., 1º-Secretário desta Casa, que leve também esse aspecto ao Sr. Presidente. O tempo de espera para que o projeto seja encaminhado ao Plenário e conste na pauta para votação está extrapolando o limite razoável. É importante que o Deputado Dinis Pinheiro coloque o projeto em pauta o mais breve possível. O Deputado Rogério Correia expôs muito bem que não há que se fazer atrelamento a projeto do pessoal da educação.

As negociações estão sendo conduzidas a contento, mas fazemos parte do Poder Legislativo, aqui não é Poder Executivo, e espero que essa autonomia financeira, administrativa e orçamentária prevaleça. Não é razoável que continuemos atrelados a reajustes do Executivo; do contrário, teremos de mudar a nossa posição.

Concedo aparte ao ilustre Deputado Dilzon Melo, que certamente trará informações respeitantes ao reajuste salarial dos servidores do Legislativo.

O Deputado Dilzon Melo (em aparte) – Posso lhe garantir que já está assegurado, até pelo orçamento da Casa, o aumento dos funcionários. É reconhecido, a todo o momento, não só pela Mesa da Assembleia, mas também por todos os Deputados, o valor do funcionalismo desta Casa. Além das atividades dos parlamentares, o trabalho dos funcionários da Assembleia é o que a Casa tem de melhor. São funcionários dedicados, não só os que atuam nos gabinetes parlamentares, mas também os concursados, os efetivos. Está assegurado esse aumento, que será concedido em momento oportuno.

Não quero justificar o atraso. Às vezes concordo com V. Exa.: embora seja o 1º-Secretário, é a Mesa quem decide a questão. Houve diversos incidentes que prejudicaram o processo, houve projetos que estavam sobrestando a pauta. Uma vez que estava garantido o orçamento para o aumento dos funcionários da Casa, com retroatividade - os funcionários sabem disso -, não há tanta urgência em



divulgá-lo, pois é questão de poucos dias para que o assunto seja resolvido. Estamos garantindo que assim será, logo, logo. Temos matérias importantes, embora seja de grande importância o aumento dos funcionários desta Casa.

Sabemos que a Assembleia Legislativa, no passado, já foi muito mais auspiciosa, reconhecia muito mais o trabalho dos funcionários em termos de ganhos salariais. Estamos sentindo na pele a perda de funcionários, que são vitais, essenciais para a Assembleia. Tenho observado, com muita tristeza, que a Assembleia tem se tornado excelente formadora de funcionários, porque aqui existe qualidade e capacitação, mas eles têm usado a Casa como trampolim, para obter salários e cargos melhores lá fora.

Não quero justificar esse atraso, de certa forma procede a argumentação de V. Exa., e a Mesa vai empenhar-se em resolver a questão. Vou levar ao Presidente essa necessidade, não por causa da insatisfação dos funcionários; aliás, quero me unir a eles, como V. Exa. e a Oposição estão unidos, nas reivindicações que têm feito. O maior ganho, daqui para frente - falo em nome dos funcionários, a quem defendo com ardor e com amor, porque quem está aqui há seis mandatos sabe transmitir a eles o valor que têm -, é estabelecer uma data-base para não haver esta "pendura" de, toda vez, ter que aprovar aumento de todos os setores para depois aprovar o aumento da Assembleia Legislativa. Tal prática não se justifica: é não reconhecer o valor implícito que cada um tem.

O Presidente também tem razão quando se preocupa, numa visão da totalidade, com as consequências, com o reflexo, com o que a imprensa vai dizer diante de tantos problemas que houve aqui, não só com as greves, mas também com os aumentos propostos, como os do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas. O Presidente, de forma magnânima, diz que não podemos ficar defendendo interesses próprios, passando a nossa reivindicação na frente das de outros. Vamos aprová-lo, uma vez que é garantido esse aumento. Estou assegurando aos funcionários que isso ocorrerá agora, neste mandato, e rapidamente. Penso que deveria ter ocorrido antes, mas vai ocorrer, já está assegurado. E acrescento que tal situação não ocorre por falta de dinheiro, como esteve alegando o Deputado Rogério Correia. O governo tem sido pontual no repasse do duodécimo da Assembleia.

Tanto é que temos feito o pagamento na hora certa, no momento oportuno, e não há queixa em relação a isso. Ela é pioneira, continuará sendo, porque cumpre o seu dever. Apenas peço um pouquinho de paciência para que possamos, por meio de decisão da Mesa, colocar isso em votação. Não haverá obstrução, porque até a Oposição está reclamando desse atraso.

O Deputado Sargento Rodrigues - Quero agradecer e pedir-lhe um pouquinho mais de paciência, Sr. Presidente. Ao Deputado Carlin Moura também, até porque esse assunto diz respeito a todos nós, Deputados. Gostaria de cumprimentar o 1º-Secretário pela lisura e transparência. Quero fazer apenas uma observação. Não se trata de Oposição ou Situação. Os servidores são do Legislativo. Quando se trata de discutir salário de servidor, isso diz respeito ao Poder e não à divisão partidária, que acontece quando o assunto é governo e Assembleia. Quero cumprimentar V. Exa. pela lucidez, transparência e firmeza, mas quero também fazer um apelo encarecido a V. Exa., 1º-Secretário desta Casa, ao ilustre Deputado Inácio Franco, 2º-Vice-Presidente, e aos membros da Mesa. Gostaria muito que V. Exas. solicitassem ao Presidente - aliás, faço esse apelo a ele, que certamente está me ouvindo neste momento, ou a sua assessoria: convoque imediatamente uma reunião do Colégio de Líderes. O Colégio de Líderes é para que os Líderes sejam ouvidos, e as responsabilidades divididas. Como Líder do PDT nesta Casa, faço um apelo aos Deputados Inácio Franco e Dilzon Melo, membros da Mesa, para realizarmos essa reunião o mais rápido possível.

No meu entendimento, Deputado Inácio Franco - utilizarei as mesmas palavras que falei para V. Exa. fora da tribuna -, passamos do "time", o tempo passou. Então não podemos continuar como estamos. O servidor desta Casa é do Poder Legislativo, e não do Executivo. Quero, Deputado Dilzon Melo, dizer que V. Exa. está de parabéns por trazer a esta Casa o assunto da data-base do servidor do Legislativo. Será o corte do cordão umbilical para sempre, quando essa matéria for tratada. Não é possível que um Poder fique atrelado ao outro. Quero dizer ainda mais, Deputado Inácio Franco. Como Deputado da base de governo, pedi voto, aliás, muito voto, para esse governo que aí está. Entretanto, o que for necessário à Bancada do PDT fazer para contribuir com as votações e a governabilidade deste Estado, ela estará sempre ao lado do governo, ombreado o governo. Mas temos de separar: uma coisa é a aliança política, o apoio político aos projetos importantes, e a outra chama-se independência de Poder, pelo menos para dar reajuste aos servidores. Se não tivermos independência para isso, pelo amor de Deus, está na hora de repensar a posição do Legislativo. Não aceito, em hipótese alguma, esse atrelamento. Então não temos orçamento próprio, não temos duodécimo. As nossas decisões têm de ficar desatreladas. Portanto, faço esse apelo, Deputado Inácio Franco. Estou encerrando e agradeço a paciência de V. Exa. Não custa termos apoio político, aliança política, mas é preciso separar a administração da Casa. É preciso fazer isso. Agradeço a V. Exa., e sei que está sensível, pensa da mesma forma.

O tempo, o nosso tempo, Deputado Bonifácio Mourão, está passando. O nosso servidor precisa ser tratado por nós, Deputados, com um pouco mais de carinho e respeito. A obrigação é nossa, o dever é nosso. O poder, somos nós quem o exercemos em nome do povo, por meio do Legislativo.

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, companheiros da imprensa, telespectadores da TV Assembleia, povo de Minas Gerais, boa tarde. Sr. Presidente, já havia falado sobre esse assunto em questão de ordem. Quero apenas reiterar o apoio a esses dois projetos de lei, tanto o da Justiça, por meio do Serjusmig, quanto o dos funcionários desta Casa.

Acho que o Deputado Sargento Rodrigues e o nosso Secretário Deputado Dilzon Melo já fizeram os pronunciamentos. Esperamos que isso se concretize de forma imediata.

Apenas lembro-lhes que gostaríamos de discutir com o Presidente, nessa reunião proposta pelo Deputado Sargento Rodrigues, a inclusão dos servidores terceirizados no planejamento desse aumento salarial, para que eles tenham o mesmo percentual que será concedido aos servidores da Casa. A solicitação deles talvez possa até levar a uma alteração contratual, mas que possam fazer jus ao mesmo índice percentual. É uma solicitação feita por eles, e acho justo que a encampemos como reivindicação do conjunto dos trabalhadores da Assembleia Legislativa.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Serei breve, ilustre Deputado Rogério Correia. V. Exa. já expressou, de forma muito clara, o posicionamento da nossa bancada, a bancada PT-PCdoB, o qual é idêntico ao pronunciamento do ilustre Deputado Sargento Rodrigues. Queremos referendar seu pronunciamento, tendo em vista a importância do esforço concentrado para reconhecer o belíssimo trabalho dos nossos servidores aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Diga-se de passagem, eles são





concurados, competentes e garantem o pleno funcionamento da Casa Legislativa de Minas Gerais, que, aliás, é um exemplo. Percebe-se isso durante o processo de participação popular, quando a comunidade vem aqui discutir as questões, quando se aprovam propostas importantes, como a proposta de emenda constitucional que colocou como princípio deste Estado a erradicação da pobreza no Estado de Minas Gerais.

Deputado Rogério Correia, o funcionamento desta Casa depende especialmente dos nossos servidores. Para se ter uma ideia, para o fórum técnico sobre a erradicação da pobreza e da desigualdade, foram feitas 12 audiências regionalizadas. Fomos a todas as regiões deste Estado, percorremos mais de 10.000km e sempre pudemos contar com a presença do pessoal da Consultoria, da assessoria, dos nossos técnicos, dos funcionários da TV Assembleia e da imprensa. A reposição salarial é um direito dos nossos servidores e é a garantia do pleno funcionamento do Poder Legislativo; então, reitero o nosso posicionamento. É preciso votar, o mais rápido possível, o projeto que garante a reposição salarial, a política salarial dos servidores, tanto a daqui, da Casa, como a do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Portanto, fica aqui o nosso apoio incondicional à imediata votação do projeto dos servidores.

O Deputado Rogério Correia\* - Obrigado, Deputado Carlin Moura. Com certeza, esse é o posicionamento conjunto do PT e do PCdoB nesta Casa. Estaremos juntos cobrando isso ao Presidente e ao governo. Ainda desconfio se há mesmo recurso do governo e falarei sobre esse assunto daqui a pouco.

Deputados e Deputadas, hoje ocupo a tribuna para falar também sobre o seminário que realizamos sobre a erradicação da pobreza e da desigualdade, ao qual o Deputado Carlin Moura fez referência. Foi um seminário vitorioso, e parabênzo, mais uma vez, de público, o Deputado André Quintão. Ele assumiu, com muita garra, esse seminário como um evento do conjunto desta Casa, principalmente da Comissão de Participação Popular. Parabênzo também o nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, por ter se empenhado e colocado a Assembleia Legislativa na busca da realização de um seminário exitoso como o que aqui foi realizado. Esse seminário foi bom para fazermos uma ligação com os programas, Deputado Sávio Souza Cruz, do governo federal.

O governo do Presidente Lula... Aliás, o Presidente Lula continua bem avaliado. Abrirei um parêntese para mostrar isso: hoje, uma pesquisa do jornal "Valor Econômico" dá ao Presidente Lula, numa possível eleição, um percentual de 76% contra apenas 11% do candidato do PSDB, caso o candidato do PSDB fosse nosso Senador de Minas e do Rio, eleito em Minas para defender os interesses do Rio de Janeiro, o Senador Aécio Neves. Na pesquisa, a Presidenta Dilma também aparece com 54%. Mas isso é fruto, Deputados, Deputadas e população de Minas Gerais, de um projeto de governo, e não apenas de figuras.

A Presidenta Dilma anunciou agora o programa Brasil sem Miséria. Faço uma ligação desse programa com o seminário. Esse programa continuará com tarefas importantes, como a que nos traz hoje uma importante notícia. O investimento na agricultura familiar no País aumentou cinco vezes. A quantidade de contratos do Pronaf é 78% maior que no ano de 2002. Saímos de R\$2.400.000.000,00 para R\$12.600.000.000,00 em 2009, o que representa um aumento extremamente vantajoso para a agricultura familiar, tudo por intermédio do Pronaf.

No programa Brasil sem Miséria teremos, além do Luz para Todos, o Água para Todos, que levará às partes mais pobres do País, aquelas atingidas pelas secas, muitos benefícios, como as nossas barraginhas, as caixas de água etc. Enfim, a convivência com o semiárido será feita de forma planejada pelo Estado, o que trará alívio para muitos que ainda sofrem com o problema da seca e da falta de água no Brasil.

Além desse programa, o governo anuncia agora, por intermédio da Presidenta Dilma, o Pronatec, do qual falo com muito carinho. Esse programa faz a previsão de 8 milhões de vagas para a nossa juventude no ensino tecnológico no Brasil. Será uma verdadeira revolução do ensino. Estão destinados, até 2014, R\$24.000.000.000,00 para capacitação de jovens e adultos. O Pronatec é de grande interesse para o País porque a Presidenta Dilma, ao mesmo tempo em que melhora a educação pública e leva qualidade ao ensino tecnológico, resolve um problema estrutural no Brasil, que é a falta de mão de obra qualificada para sustentar o crescimento do País. Os jovens estarão qualificados para desenvolver o Brasil, mas a partir de um planejamento do Estado. O governo faz com que o planejamento de crescimento do Estado seja feito com qualidade, não a bel-prazer do lucro e do mercado, como o falido projeto neoliberal apregou por tanto tempo no mundo. Agora haverá, por intermédio do Estado, um planejamento que levará nosso país a um crescimento com desenvolvimento sustentável que absorverá nossa juventude, que terá escola e garantia de emprego e de geração de renda. Nossa juventude poderá contribuir para a evolução do País.

O Pronatec é um programa fantástico. Realmente o vejo com muito entusiasmo. Haverá, repito, 8 milhões de vagas no País para nossa juventude. Queria incluir, Deputado André Quintão, no nosso planejamento do seminário que terminou ontem, o Pronatec como um dos pontos centrais de desenvolvimento, além, é claro, dos programas da agricultura familiar e de desenvolvimento social. Parabênzo o programa, que julgo fundamental.

Gostaria de lhes dar notícias de alguns pontos relativos à negociação com professores em greve aqui em Minas Gerais. Quero dar essa notícia também aos professores. Ontem tivemos uma reunião com o Secretário Danilo de Castro, a qual nos trouxe esperança para segunda-feira, quando realizaremos nova rodada de negociação. Ontem o Secretário Danilo de Castro nos garantiu que o governo apresentará ao Sind-UTE uma proposta de inclusão do piso salarial na carreira, assim como foi ao final da greve acordado com o Sindicato. Os Deputados da base do governo e os da base da Situação têm buscado uma saída para esse momento de crise que se instalou, têm buscado intermediar a negociação.

Queria, Deputados Rômulo Viegas, Sargento Rodrigues e Bonifácio Mourão, dizer que os Deputados estão coesos em muitas dessas propostas. Buscamos fazer esse papel de mediação. O Deputado João Leite, que representa a base do governo, assim como os Deputados Cássio Soares, Sebastião Costa, Duarte Bechir e, pela Oposição, os Deputados Antônio Júlio e Adalclever Lopes, que está aqui conosco, da mesma forma como este parlamentar e o Deputado Pompílio Canavez, têm buscado a mediação.

Temos buscado conciliar as partes e chegar a uma negociação. Acho que segunda-feira teremos o ponto alto disso, com a apresentação da proposta do governo. Segundo o Secretário Danilo de Castro, ela se dará no eixo do acordo feito na época da greve, ou seja, será estabelecido para a carreira do magistério, para os professores um planejamento e um plano de carreira, com piso salarial



e evolução na carreira. Esperamos que isso melhore a relação e que consigamos uma boa proposta que signifique respeito e dignidade aos professores.

Compreendemos, às vezes, debilidade econômica e financeira que possa haver; o que não podemos compreender é o Estado de Minas Gerais - e me dirijo ao Deputado Sávio Souza Cruz, que tem falado muito disso - abrir mão de recursos que podem ser fundamentais para nós. Eu não poderia deixar de citar mais um dado de uma questão que se tornou polêmica: os "royalties" do petróleo. Qual e como fazer a divisão de "royalties" de petróleo? Essa discussão não está terminada. Foi aprovado um projeto de lei no Senado. Um substitutivo de um Senador do PMDB foi aprovado por ampla maioria e não teve o voto do Senador Aécio Neves. Esse projeto dá a Minas Gerais em torno de R\$757.000.000,00 por ano apenas em 2012, depois vai sendo acrescentado. Só para o ano que vem, segundo o cálculo, especulam-se R\$757.000.000,00, se esse projeto for aprovado agora pela Câmara Federal e tiver a sanção da Presidenta Dilma - e a terá. Isso significa um aporte financeiro importantíssimo, até para a discussão que estamos fazendo sobre o aumento salarial dos professores, o projeto do Serjsumig e o desta Casa, o dos servidores. É um recurso muito importante, que precisa ser bem aproveitado em Minas Gerais.

Outro dia fui atacado aqui por uma carta lida pelo Deputado Célio Moreira, a qual repudiei - ele a leu em nome do "blog" Minas Transparente -, que me fez duros ataques, como se eu estivesse caluniando o Senador Aécio Neves. Aliás, ao se falar do Senador Aécio Neves aqui, os Deputados da base ficam alvoroçados, não se pode fazer uma crítica política, que logo querem desvirtuá-la, transformando-a em crítica pessoal. Mas é uma defesa do interesse de Minas. Agora vejo no "Estadão" uma prova de que votou mal o Senador Aécio Neves. Não faço a crítica apenas por criticá-lo, mas porque esse projeto será votado na Câmara Federal, e espero que os Deputados Federais do PSDB não tenham a mesma atitude do Senador Aécio Neves. O Deputado Marcus Pestana, Presidente do PSDB em Minas, precisa orientar os Deputados do PSDB a votar pelo substitutivo aprovado no Senado, senão Minas Gerais perderá.

Deputado Sávio Souza Cruz, os jornais de Minas não publicam o voto do Senador Aécio Neves, escondem. Aqui tudo é censurado pela imprensa aecista; então, não podemos saber a verdade dos fatos. O "Estadão" publicou o seguinte: "A amizade de mais de 20 anos, reforçada pelo parentesco de Aécio com a ex-mulher de Cabral, Suzana Neves, ficou ainda mais intensa após a mobilização do Senador contra a proposta de divisão dos 'royalties' do petróleo aprovada na semana passada pelo Senado e que, se mantida, causará grande prejuízo a Estados produtores do minério, como o Rio de Janeiro".

O Senador Aécio Neves vai ao Rio de Janeiro participar do lançamento do filme sobre Tancredo Neves; e lá, mais uma vez, encontra-se com o Sérgio Cabral, que já lhe tinha oferecido um jantar e lhe agradeceu novamente por ter votado contra a divisão dos "royalties" do petróleo. Mais uma vez está comprovada a atitude do Senador Aécio Neves. No Rio ele é elogiado, chamado de Menino do Rio, há o desenho do Zé Carioca se assemelhando a ele; mas, em Minas Gerais, quer parecer Chico Bento. Então ele tem dupla personalidade: no Rio é Zé Carioca, em Minas é Chico Bento. Mas a esperteza acaba por engolir o esperto.

Então, Sr. Presidente, peço à Bancada do PSDB na Câmara dos Deputados que não siga o exemplo do Senador Aécio Neves, e aprove o que foi aprovado no Senado. Somente no ano que vem teremos R\$757.000.000,00. Esse foi o voto do Clésio Andrade e do Senador Zezé Perrella. Ontem, no seminário de combate à pobreza, foi aprovada, por unanimidade, moção solicitando que esse projeto seja aprovado pelos Deputados Federais mineiros. Fazemos esse apelo a todos os Deputados Federais de todos os partidos: votem esse projeto para que no ano que vem Minas tenha condições de dispor desse valor expressivo para o nosso cofre. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, antes de conceder aparte ao Deputado Sargento Rodrigues, reitero as palavras do nosso líder, Deputado Rogério Correia, em relação a uma questão interna da Assembleia Legislativa. Se há orçamento, se há o financeiro, e todos reconhecem o valor dos funcionários da Assembleia, não vemos motivo para protelar a decisão. O Executivo e o Legislativo são esferas independentes. Da mesma forma que aderimos à causa do conjunto dos servidores do Estado, também aderimos à causa dos servidores de outros Poderes. Deixamos claro que, se depender do PT, o projeto chega o mais rápido possível. Essa não é apenas a posição do PT, mas também a minha.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\* - Apenas um breve aparte. Agradeço a V. Exa. Desde o início do primeiro governo Aécio Neves, tenho denunciado que vivemos um estado de exceção promovido pelo Senador. Com censura, a Assembleia está ficando de joelhos, o Ministério Público cortado, a Justiça cortada, enfim, tudo manietado por uma campanha permanente de obsessão do Senador mineiro-carioca para chegar à Presidência da República. Esse episódio de agora leva isso às últimas consequências. Nos bastidores, o governo diz que está sem dinheiro e manda a Assembleia não votar o que é de direito da Justiça, e deveria ser outro Poder. Como V. Exa. diz, nos termos da Constituição, se ela estivesse em vigor em Minas Gerais, esse Poder seria independente, teria o seu orçamento e autonomia para fazer o que quisesse com esse orçamento, assim como esta própria Casa. Mas isso traz à luz a fratura exposta da exceção em Minas Gerais. Diante do fluxo de caixa de um governo que diz estar em maus lençóis, estar apertado, a Assembleia não anuncia o problema, porque em Minas vale tudo, menos o escândalo. Aqui nós somos reféns da máquina de propaganda do Senador que disse aos mineiros que Minas tem choque de gestão, déficit zero, que cresce mais do que a China, que tudo vai muito bem. E como pode dizer agora que não tem dinheiro? Tem choque de gestão, tem déficit zero, a dívida chega aos R\$70.000.000.000,00, e não existe dinheiro para pagar produtividade e piso ao professor. Mas isso não pode ser dito, isso tem de ser escamoteado, porque todos os mineiros foram relegados à condição de coadjuvantes de uma propaganda permanente, de uma campanha custeada com o erário da obsessão presidencial do Senador Aécio Neves. Tudo vem à tona nesses momentos, e os mineiros ficam se perguntando se afinal Minas não vai tão bem. Por que não pode dar reajuste de outro Poder, do Judiciário e do Legislativo, não pode pagar produtividade e não tem recursos para pagar o mísero piso aos professores? É o estado de exceção que vivemos em Minas, Deputado.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Ilustre Deputado André Quintão, cumprimento V. Exa., até porque a manifestação do conjunto dos Deputados desta Casa faz o nosso Presidente refletir que o "time" já passou da hora. Portanto, o projeto dos servidores precisa apontar neste Plenário para que eles saibam que finalmente chegou, será lido pelo Presidente da reunião, começará a tramitar,



vai passar nas Comissões. Portanto, é muito importante a fala de V. Exa. nesse aspecto porque fica parecendo que quem é chato e aborrecido é o Deputado Sargento Rodrigues. Se for para defender este Poder, serei assim eternamente. Não existe Poder sem que os nossos servidores nos assessorem. Não é Deputado quem faz o parecer de projeto, mas sim o Consultor. Quem está nos acompanhando ao lado da Mesa são os vários assessores coordenados pelo nosso Secretário-Geral José Geraldo, que faz isso de forma brilhante. É preciso que os servidores do nosso Poder saibam que este é um Poder independente e que temos autonomia para conceder esse reajuste.

Na verdade, ilustre Deputado André Quintão, solicitei-lhe um aparte não para falar o que já disse reiteradamente por duas vezes, mas apenas para agradecer ao Deputado Durval Ângelo. Como lhe disse, sentia-me no dever de agradecer. Não consegui realizar uma audiência pública para discutir a carga horária dos policiais e Bombeiros Militares, mas a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, como sempre... Aliás, Deputado André Quintão, não me falta coragem para contrapor, sempre que preciso, o Deputado Durval Ângelo. No entanto, tenho de dar a mão à palmatória e dizer que, na Comissão de Direitos Humanos desta Casa, estamos conseguindo ter voz e, acima de tudo, debater. Deputado André Quintão, o que queria era debater a PEC nº 10, de minha autoria e iniciativa, que trata da carga horária dos policiais e bombeiros militares. O requerimento já foi aprovado e a audiência está marcada para o dia 7. Quero fazer, de público, um agradecimento ao Deputado Durval Ângelo para que todos os policiais e bombeiros militares deste Estado saibam que, na Comissão de Direitos Humanos, encontramos eco de imediato. Além disso, os direitos e as garantias fundamentais de policiais militares a uma carga horária humana, justa e coerente - porque policial não é Robocop - podem ser pelo menos debatidos dentro do parlamento. Todos os Deputados desta Casa estão convidados para a audiência marcada para o dia 7.

Deputado André Quintão, estamos trazendo o Deputado Cabo Patrício, Presidente da Câmara Distrital de Brasília; o Deputado Da Vitória, Cabo do Espírito Santo e Deputado Estadual; e o Deputado Sargento Soares, de Santa Catarina, que é sociólogo e extremamente competente. Santa Catarina já fixou a carga horária de 40 horas e também paga hora-extra.

Deputado André Quintão, desculpe-me se me delonguei em minha fala. Agradeço a V. Exa. por me permitir este aparte.

O Deputado André Quintão\* - Este pronunciamento que estou fazendo é polêmico e, portanto, há vários apartes.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Serei breve, porque senão V. Exa. não terá a oportunidade de usar da palavra. Primeiramente, a PEC de V. Exa., que esta semana foi aprovada em Plenário e prioriza a erradicação da pobreza como meta importante do governo, merece o nosso aplauso e os nossos parabéns. Fui também um dos Deputados que votou favoravelmente.

Em seguida, a fala do Deputado Sargento Rodrigues indiretamente traz à minha pessoa parte dessa responsabilidade, uma vez que sou eu o relator dessa PEC nº 10. Dissemos ao Deputado Sargento Rodrigues que PEC não pode fazer audiência pública. "Ah, audiência pública é realizada no âmbito da Comissão pertinente." Parece-me que agora ele assim o fará e, quem sabe, depois um requerimento ao governo, sugerindo-lhe que ele, caso convenha, seja o autor da proposta, que não pode ser de iniciativa da Casa.

Não quero tomar o tempo de V. Exa. Para finalizar, é dito sempre que, nesta Casa, o governo Anastasia não tem base de sustentação, mas sim o Senador Aécio Neves. É notório. Deputados Sávio Souza Cruz e Rogério Correia, consideramos que esse sentimento em relação ao Senador extrapola os limites daquilo que fazemos dentro do parlamento, que é discutir as questões do Estado, as questões mais importantes. Hoje, por exemplo, parabenizei o Deputado Sávio Souza Cruz pela autoria de uma audiência pública que estudará o projeto de lei que trata do monitoramento do nosso minério. Considerei importante a ideia e dei-lhe os parabéns. Mas, neste momento, puxarei, mais uma vez, a orelha do Deputado Sávio. Vamos trabalhar por Minas. O Senado não tem base de apoio nesta Casa. Não estamos aqui para fazer base de apoio ao Senado, que é uma Casa à parte. Devemos discutir Minas. Hoje o Senador Aécio estará em Belo Horizonte. Estaremos em uma sala, onde será exibido um filme que traz a mensagem do nosso saudoso Tancredo Neves. Vamos estar juntos nessa sala. Na semana que vem, com muita certeza e alegria, farei um relato do que foi, na nossa visão, esse filme, que, tenho a certeza, traduzirá a história de Tancredo Neves, que não chegou aonde almejava, mas outros, para o bem de Minas e do Brasil, chegarão. Muito obrigado.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Gostaria de falar muita coisa, mas não quero tomar o tempo de V. Exa. Parabenizo esta Casa, na sua pessoa, pelo sucesso do seminário de combate à desigualdade e à pobreza, não só por todo o processo e pela interiorização, mas também pela qualidade do debate e das propostas. A partir de agora, esta Casa tem um rol de propostas muito bem elaborado para que possamos trabalhar nos nossos instrumentos orçamentários. Contudo, antes de encerrar outubro, quero fazer aqui um chamamento. No mundo inteiro, o mês de outubro está sendo chamado "outubro rosa", para atrair a atenção para o combate ao câncer de mama. Então, como esta é a última sessão do mês, quero dizer que quem passar pela Praça Sete verá o Pirulito iluminado na cor rosa, como outros monumentos do Brasil e do mundo. Quero dizer que o câncer de mama é o que mais mata mulheres no Brasil. Anualmente, milhares morrem. É um câncer que, se houver prevenção, acesso a mamografias e identificação precoce, é perfeitamente curável. Então, quero aqui fazer esse chamamento e trazer essa lembrança, pois é responsabilidade de todos nós incentivarmos a prevenção. Acho que hoje o poder público está preparado para oferecer a mamografia. Também precisamos dizer à mulher e a todos que procurem a prevenção. Então, fica aqui a homenagem a todas as mulheres que, voluntariamente, fazem parte dessa rede do outubro rosa, para que possamos também combater essa doença que traz tanto sacrifício e dor às mulheres, no Brasil e no mundo. Muito obrigada.

O Deputado André Quintão\* - Obrigado, Deputada Luzia Ferreira, pela participação no seminário e pela lembrança sobre essa campanha tão importante.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado André Quintão. Rapidamente também quero parabenizá-lo por esse brilhante seminário que V. Exa. coordenou muito bem. Neste momento, quero fazer uma homenagem ao Mercosul. Estamos completando 20 anos de Mercosul, e quero trazer aqui a informação de que o Mercosul compreende uma população de quase 270 milhões de habitantes e tem um PIB de cerca de R\$3.000.000.000.000,00. O Mercosul está completando seus 20 anos. Ele surgiu como uma manifestação de defesa regional diante da constituição de grandes blocos aduaneiros, ao redor do mundo. Esperamos, com certeza, que essa relação comercial continue ampliando-se cada vez mais, para o benefício dos países da nossa América Latina.



Em segundo lugar, rapidamente, Deputado André Quintão, quero fazer um contraponto às falas dos antecessores, dizendo o seguinte: se Minas Gerais se encontra com essa dificuldade financeira, isso não é em consequência do choque de gestão nem do déficit zero. Todos nós sabemos que a crise internacional abalou, evidentemente, a economia brasileira, tanto que o próprio governo federal, no início deste ano, anunciou um corte de R\$50.000.000.000,00. Os demais Estados da Federação e, por efeito cascata, as Prefeituras também estão com problemas de caixa. Temos o maior orgulho de pertencer à base do Governador Anastasia e também do Senador Aécio Neves, dois grandes líderes importantes para o cenário da política mineira, da política nacional. Agora à noite, o Senador Aécio Neves estará conosco para apresentar o filme sobre o meu ex-contratado, o grande e saudoso Presidente da República Tancredo Neves. O filme foi produzido por Roberto D'Ávila, e estaremos lá prestigiando-o. Agradeço o aparte concedido por V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão\* – Obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Ontem concluímos o seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”. Foram cinco meses de trabalho muito intenso. Os grupos técnicos foram compostos por 85 entidades da sociedade civil; houve 12 encontros regionais cobrindo as 10 macrorregiões de Minas Gerais; e foram percorridos 10.000km no Estado. Mais de 4 mil pessoas participaram desses eventos, e só da etapa final, nos dias 24, 25 e 26 de outubro, participaram 782 pessoas. Nesses três dias, foram discutidas aproximadamente mil propostas. Depois de um trabalho muito intenso, principalmente nos grupos, conseguimos priorizar 84 propostas.

Sr. Presidente, como restam apenas 4 minutos – acredito que nenhum Deputado vai querer perder a oportunidade -, conto com a liberalidade de V. Exa. para que eu possa apresentar uma síntese das propostas do seminário, as que considero principais, com atenção especial para a tradução dessas propostas no PPAG.

Uma proposta importante: a universalização do Piso Mineiro de Assistência Social. Hoje o Estado, pelo Sistema Único de Assistência Social – Suas -, auxilia financeiramente 214 Municípios. A previsão para apoiar os 853 Municípios é até 2014. A nossa proposta é antecipar esse apoio a todos os Municípios até 2012. Quanto custará isso? R\$24.000.000,00 em um orçamento de R\$50.000.000.000,00. Portanto, a proposta é factível, viável.

Segunda proposta importante: uma estratégia clara para erradicar o analfabetismo em Minas Gerais até 2014-2015. O analfabetismo é um entrave para as famílias terem acesso a empregos de qualidade. A terceira proposta: desburocratizar os mecanismos de fornecimento da Declaração de Aptidão ao Pronaf, principalmente para povos indígenas e quilombolas. A quarta proposta é importantíssima: apoio do Estado, principalmente por meio da Subsecretaria da Agricultura Familiar, para a organização dos agricultores familiares poder comercializar seus produtos no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Outra proposta: estender o programa Água para Todos a todas as comunidades do semiárido mineiro. Não podemos estar em um Estado cujas pessoas convivem com a falta de água para beber.

Vamos nos debruçar sobre esse assunto no PPAG. Daremos apoio à aprovação do fundo de erradicação da miséria em Minas Gerais. Aliás, sou relator desse projeto, que é fundamental. Vinculado a ele, há um outro projeto em tramitação que tributa em 2% produtos supérfluos, o que é importante para que o fundo tenha recursos, fonte.

Outras propostas: que o Estado adote uma política mais ousada e ampliada de tratamento dos usuários de droga, principalmente do “crack”, por meio de unidades públicas de tratamento; apoio aos Municípios na universalização do ensino infantil - essa é uma responsabilidade do Município, que, sozinho, não dá conta -; apoio à proposta em tramitação nesta Casa, de autoria do Deputado Dinis Pinheiro, de cuja formulação participamos, o bolsa reciclagem, que é o pagamento por serviços socioambientais prestados por catadores de materiais recicláveis em toda a Minas Gerais; políticas específicas dirigidas às comunidades indígenas e quilombolas; exame por parte do Estado da possibilidade de complementar para as famílias mais pobres o valor fixo do programa Bolsa Família; e por aí vai.

Não vou continuar, porque meu tempo já se esgotou, mas são 84 propostas, que vou apresentar durante este mês.

Encerro fazendo um convite a todos os Deputados e Deputadas. Nos dias 7, 8 e 9 de novembro, realizam-se as audiências do PPAG, neste ano com uma novidade: além da participação das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular, que coordena o processo, teremos o efetivo envolvimento das comissões temáticas da Casa, mesmo na apreciação das propostas que vierem da sociedade civil. Ou seja, o PPAG será discutido nos dias 7, 8 e 9 de novembro, e espero que várias dessas 84 propostas sejam incorporadas. Deixo, por fim, meus agradecimentos ao Presidente da Assembleia, Dinis Pinheiro, à Mesa, a todos os Deputados e Deputadas que participaram intensamente deste seminário legislativo, e ao corpo de servidores da Assembleia.

Aproveito para dizer que, quando defendo desta tribuna o reajuste já e retroativo para os servidores da Assembleia, é porque testemunhamos, na prática, o seu trabalho dedicado. Agradeço a todos que nos auxiliaram muito na organização e na finalização deste seminário. Agradeço ao Deputado Inácio a gentileza na concessão do tempo.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Sr. Presidente, estamos encaminhando favoravelmente ao requerimento da Comissão de Direitos Humanos que pede providências para que seja feita a prevenção de incêndio em Delegacia de Polícia de Uberlândia. Esse trabalho, cujo desdobramento foi importante, teve à frente a caríssima Deputada Liza Prado. Como pudemos observar, diversos requerimentos precedentes mostram o intenso trabalho das comissões permanentes da Casa, como as de Meio Ambiente, a de Defesa do Consumidor e a de Educação. Isso mostra que a Casa está tendo um funcionamento pleno, graças, - além do trabalho efetivo dos Deputados e das Deputadas - de forma muito especial, à nossa Consultoria e assessoria e aos servidores da Casa. Digo isso para mostrar à população e aos internautas que nos estão acompanhando que só há trabalho nesta Casa porque há o efetivo compromisso dos Deputados e a assessoria dos servidores públicos. Isso torna mais do que justa e necessária a providência de se fazer a reposição salarial dos servidores da Assembleia Legislativa. Portanto, estamos encaminhando favoravelmente à aprovação desse requerimento, como importante na Casa e fruto desse trabalho.

Quero aproveitar a oportunidade, por se tratar de requerimento da Comissão de Direitos Humanos, para esclarecer que há pouco conversei com os ilustres Deputados João Leite, Presidente da Comissão de Segurança Pública; Sargento Rodrigues, membro





permanente da Comissão de Segurança Pública; Bosco, Presidente da Comissão de Educação; e André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular e da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente. Falei a eles da minha preocupação com um fato ocorrido ontem em Contagem, especificamente na Escola Municipal Maria Sílvia Lucas, dirigida pela Profa. Maria Aparecida de Fátima. Vítima de uma violência no interior da escola há dois meses, ontem ela recebeu uma nova ameaça no interior da escola. Esse fato muito nos tem preocupado, e estamos mantendo contato permanente com membros da comunidade do Bairro Jardim Laguna, onde está localizada a escola, conhecida como Caic Laguna.

Recentemente, a Assembleia realizou o fórum técnico “Segurança nas escolas: por uma cultura de paz”, que teve participação efetiva da Profa. Maria Aparecida de Fátima e de toda a comunidade. Estamos preocupados, e a Assembleia está à disposição para ajudar a dar segurança aos trabalhadores e aos alunos da Escola Municipal Maria Sílvia Lucas. Vamos fazer um convite para que a Diretora e os membros do colegiado participem conosco de uma reunião emergencial para discutir estratégias para enfrentar o problema e encontrar uma saída boa para todos. Após essa reunião, queremos fazer uma visita às dependências da escola para que o Poder Legislativo estadual reforce a necessidade de se ter uma cultura de paz na escola.

Não apenas a Escola Municipal Maria Sílvia Lucas, mas também, de forma muito especial, Deputado Sargento Rodrigues, a população de Contagem clama por segurança para poder trabalhar em paz. É disso que as famílias, os trabalhadores e os nossos professores precisam. Recentemente o sindicato dos professores da rede particular, o Sinpro-MG, realizou uma pesquisa com os professores das escolas particulares, e os dados são estarrecedores. A cada três dias um professor ou um servidor da educação ou um funcionário de escola recebe algum tipo de ameaça na escola. Isso é muito ruim, muito preocupante, porque deixa um clima de insegurança, de intranquilidade no ambiente escolar.

Estamos atentos ao fato ocorrido na Escola Municipal Maria Sílvia Lucas e tomaremos todas as providências necessárias para encontrar uma solução e dar garantias à Profa. Maria Aparecida de Fátima, uma Diretora escolhida pela comunidade, que trabalha nessa escola. Não permitiremos que ela se sinta ameaçada a ponto de não ter condições de exercer a sua função como Diretora da escola. Queremos ir à escola e conversaremos com a comunidade. Queremos encontrar uma saída que seja boa para todos, segurança para que as pessoas possam trabalhar em paz. Vamos dialogar com a Polícia Militar e a Guarda Municipal, garantir uma presença mais efetiva dessas forças de segurança em parceria com a comunidade, para que a escola volte a ter um clima de paz e segurança. Isso é um trabalho. A Assembleia Legislativa está preocupada com essa questão. Todas as comissões que têm a ver com essa questão, como as de Segurança Pública, de Participação Popular e de Educação, estão atentas a isso. Vamos conversar com essa Diretora.

Então, neste momento encaminhamos favoravelmente à aprovação desse requerimento e afirmamos que somos solidários com a comunidade da Escola Municipal Maria Sílvia Lucas e, de forma muito especial, com a Profa. Maria Aparecida de Fátima, que foi contemplada, Deputado Sargento Rodrigues, no Dia do Professor, pela Câmara Municipal de Contagem, com o Mérito Legislativo. Essa servidora pública, que dedica a sua vida à educação, à direção da escola, está hoje com o seu estado psicológico extremamente abalado, a ponto de não saber se terá condições de continuar a exercer sua função. Como disse essa professora em entrevista aos jornais “Estado de Minas”, “Hoje em dia”, “O Tempo” e à Rádio Itatiaia, a única coisa que quer é justiça e segurança para trabalhar em paz.

Esse é o papel do poder público. Essa servidora tem de ter garantia de que continuará trabalhando, exercendo a sua função de Diretora. Da nossa parte, faremos o que puder ser feito; a Assembleia Legislativa fará, as comissões permanentes da Casa farão. Este Deputado, que é morador de Contagem, sabe da importância de se trabalhar em paz. A minha família trabalha com comércio. A coisa mais difícil é você trabalhar um dia todo e, no final do dia, um marginal levar o resultado do seu trabalho e você não ter como pagar aos funcionários. Então, as famílias de Contagem hoje pedem segurança para trabalhar em paz, para exercer a sua função. Isso é fundamental. Uma sociedade democrática se constrói com paz e segurança, paz para o trabalho. Isso é muito importante, e precisamos disso. Queremos ter condições de trabalhar para podermos viver do resultado desse trabalho.

A segurança pública, nas fábricas, nos locais de trabalho, nas escolas, é importantíssima. Filhos que saem cedo de casa para ir à escola, como a Escola Municipal Maria Sílvia Lucas, é o que mais preocupa os pais. Um pai, uma mãe quer ter a certeza, Deputado Sargento Rodrigues, de que, no final do dia, seu filho voltará para casa em segurança, com a vida plena.

Queremos manifestar solidariedade à Diretora da Escola Municipal Maria Silva Lucas, Sra. Maria Aparecida de Fátima. Iremos convidá-la para vir aqui, nas Comissões de Segurança, de Educação e de Participação Popular desta Casa, para conversar com os Deputados e com os servidores da nossa Consultoria e assessoria. Posteriormente, faremos uma visita à Escola Maria Silva Lucas, porque Contagem quer paz e segurança para trabalhar. Queremos ter a certeza de que os nossos filhos sairão de manhã para ir à escola e voltarão ao final do dia com vida. É isso que defendemos.

Então, estamos encaminhando favoravelmente à aprovação dos requerimentos em discussão, neste momento. Mais uma vez, agradeço aos nossos servidores, aos nossos assessores e à Consultoria da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Nossos servidores são altamente capacitados e possuem alto grau de conhecimento, o que garante o funcionamento da Assembleia de Minas Gerais. Por isso, reiteramos a necessidade da aprovação de sua política salarial e de seu reajuste salarial. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - O nosso encaminhamento, Sr. Presidente, é favorável à aprovação do Requerimento nº 1.248, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros pedido de cópia dos laudos técnicos sobre as condições de segurança, prevenção contra incêndio e insalubridade do prédio da 16ª Delegacia de Polícia de Uberlândia. Tivemos a oportunidade, juntamente com o Deputado João Leite e com a Comissão de Segurança Pública, de visitar essa delegacia. Vimos que suas condições são péssimas. É a pior delegacia que existe no Estado de Minas Gerais no que se refere à estrutura física. Lá não há a mínima condição de se exercer atividade policial.

O requerimento endereçado ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros solicita os laudos técnicos sobre as condições de segurança do local. Esses laudos precisam chegar a esta Casa para que as Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos possam analisá-los e, obviamente, depois cobrar do Governador uma posição. Estivemos lá e vimos uma Delegada grávida de 7 meses



trabalhando. Vimos fios elétricos e ferragens aparecendo. A delegacia está com a sua estrutura totalmente comprometida. Não precisaria nem de laudo, porque apenas a olho nu percebemos a situação.

Sr. Presidente, gostaríamos de fazer esse encaminhamento ao Comando-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que, juntamente com a Polícia Militar, presta relevantes serviços à sociedade mineira. No entanto, não há uma carga horária definida em lei. Os servidores desses órgãos são os únicos trabalhadores deste Estado que até hoje não possuem carga horária definida em lei. A Polícia Civil já a possui; está definida no art. 8º da Lei Complementar nº 84. Tive a oportunidade de ser relator, em 2005, do Projeto de Lei Complementar nº 58. Os Agentes de Segurança Penitenciários também já possuem essa carga horária. Tive a oportunidade de ser relator do Projeto de Lei nº 782, em 2003, na Comissão de Administração Pública. Portanto, são todas as carreiras da defesa social.

Fiz esse adendo, Sr. Presidente, até para dizer a V. Exa., neste momento em que preside esta reunião, que, quando agradei ao Deputado Durval Ângelo em um aparte ao Deputado André Quintão, fiz questão de não falar os nomes de V. Exa. e dos Deputados Rômulo Viegas e Mourão. Talvez fosse bom V. Exa. conversar com o ilustre Presidente desta Casa. Relatei a ele que a Comissão Especial nem sequer permitiu um debate, e lhe disse também que a condução do processo era a forma mais cruel e inadequada com o Deputado da base de governo. Não sou Deputado da Oposição. Talvez V. Exa. tenha se esquecido disso, mas como V. Exa. nominou este Deputado, gostaria de lhe fazer um convite. Quem sabe V. Exa. é suplente da Comissão de Direitos Humanos, como este Deputado; quem sabe V. Exa. nos dá a honra de, como relator da PEC, comparecer à audiência no dia 7. Lembro a V. Exa. que, antes de participar daquela reunião que fizemos, V. Exa. havia feito um compromisso com este Deputado de pelo menos debater a PEC. V. Exa. não honrou esse compromisso, o que é bom que saiba.

Este parlamentar que lhes fala, quando tem de falar, o faz na frente do Deputado. Não gosto de fazer fofoca, nem de falar nos bastidores, o que na política é comum. Às vezes um Deputado está com um projeto interessante, quer vê-lo aprovado em nome da sociedade, mas um outro Deputado, por trás, desarma tudo que foi feito. V. Exa. não era obrigado a fazer compromisso com este Deputado para discussão do projeto. Eu disse a V. Exa. e aos Deputados Rômulo Viegas e Bonifácio Mourão que sabia perfeitamente os óbices que eu enfrentaria em relação à Proposta de Emenda à Constituição nº 10, que tratava da carga horária.

Também disse ontem ao Presidente da Assembleia - e é bom que V. Exa. saiba o que ele disse - que, se o Deputado não puder fazer debates nesta Casa, com o que o Presidente concordou plenamente, devemos fechar as portas do Plenarinho e do Plenário. V. Exa. negou a oportunidade de fazermos debate. Volto a repetir que V. Exa. é tão operador do direito quanto este Deputado. Parecer parece ser, então, se há um parecer técnico contrário, V. Exa. como relator tem autonomia para mudar o parecer. Consultor é assessor de Deputado na relatoria, mas o Deputado é o relator. Se V. Exa. quiser, posso nominar as emendas constitucionais. Não é bom que caminhemos em direção a esse assunto porque, do contrário, poderemos levantar aqui motivação de quórum na aprovação de matérias, assim como poderemos levantar leis de iniciativa do Governador, que foram aprovadas, as quais não passariam na CCJ, mas passaram com a aquiescência de Deputados que aqui se encontram. É um campo não muito bom; é um campo, eu diria, de areia movediça.

Então, Deputado, o que pedimos é debate. Se esta Casa não puder debater um assunto, ela pode fechar suas portas. Eu disse ao Deputado Rômulo Viegas que tudo que sufoca demais sai entre os dedos. Não sou Deputado da Oposição, mas disse ao Deputado Durval Ângelo que não concordava com a invasão do Plenário. Disse o mesmo ao Presidente. Todavia, vai chegando um momento em que não há para onde correr. O Deputado precisa tomar medidas mais radicais, porque quer cercar demais em nome do governo, e muitas vezes o governo nem pediu isso.

Se V. Exa., que é relator, quiser debater a PEC, no dia 7 receberemos três Deputados de fora, como o Deputado Soares, de Santa Catarina, onde temos a carga horária de 40 horas. Lembro a V. Exa. que policial militar e Bombeiro Militar não são feitos de aço. Como servidor público, eles têm o direito de definir a carga horária em lei. Se V. Exa. discorda disso, respeito. Se V. Exa. entende de forma diferente, do ponto de vista jurídico, respeito, mas farei o contraponto no campo jurídico. Um tratamento humilhante e degradante, uma sobrecarga de trabalho viola a dignidade da pessoa humana. Quando há violação da dignidade da pessoa humana, V. Exa. sabe tanto quanto eu, entramos no campo de direitos e garantias fundamentais. Não se trata mais de lei específica, a discussão paira num plano superior, num plano bem acima daquele que o Governador acha, que V. Exa. acha ou que eu acho. A dignidade da pessoa humana está acima. Policial não é burro de carga, policial não é um animal que trabalha sem respeito a sua carga horária, até porque a Sociedade Protetora dos Animais não permite que o animal trabalhe em excesso. Se ocorrerem excessos, haverá denúncias.

Quando fiz o aparte ao Deputado André Quintão, não havia citado o nome de V. Exa., mas seria muito bom - e quero fazer aqui, de público, o convite - que V. Exa. comparecesse dia 7, segunda-feira, às 9h30min. Quem sabe V. Exa., ouvindo outros Deputados Estaduais oriundos da Polícia Militar, inclusive de Estados onde já se fixou a carga horária, possa ter uma compreensão melhor. Vou repetir o que aprendi com um grande jurista deste Estado, chamado Prof. Paulo Neves de Carvalho: "O texto frio da lei não pode se sobrepor à questão social". Senão, Deputado, teremos que fechar esta Casa. Esta Casa inexistente sem a dignidade da pessoa humana, sem o respeito à recomposição orgânica de qualquer indivíduo. Mas dizer que policial e bombeiro têm condição especial, Deputado, como dizem aí fora, é ensinar o Pai-Nosso ao vigário. Sou oriundo da Polícia Militar e conheço bastante a legislação "interna corporis" para compreender se a matéria tem vício, se é ativa, se é inconstitucional ou não. Então não vamos caminhar com a questão de que uma comissão especial não faz debate, porque posso descrever uma série de situações e de votações que não aguentariam um sopro e cairiam por terra. Então é bom não caminharmos nessa direção.

Acredito na sensibilidade humana, até porque, como ser humano, tenho que acreditar. Preciso acreditar, até para que eu continue defendendo os meus propósitos, os meus ideais. Uma coisa V. Exa. talvez não saiba, mas saberá hoje: por causa dessas pessoas brigo com V. Exa., com o Presidente desta Casa, com o governo do Estado, com qualquer um, em defesa dos direitos daqueles que merecem respeito. Policial e bombeiro não são "robocops". Se não posso debater a carga horária deles nesta Casa, debaterei onde? Sou Deputado onde? Então temos que falar ao Deputado Dinis Pinheiro para fechar a Casa, fechar os plenarinhos, fechar esta porta. Não tem sentido exercer o Poder Legislativo, até porque seremos remunerados sem exercer o nosso labor. Aí entramos em outra esfera, que é pior, da prestação de contas ao nosso povo.



V. Exa. tem oportunidade de ir lá pelo menos ouvir. Quem sabe assim V. Exa. entenda as palavras do meu querido e ilustre Paulo Neves de Carvalho, que, quando aqui esteve, com a cabeça bem branca, proferiu esta frase: “O texto frio da lei não pode se sobrepor à questão social”. Muito menos à dignidade da pessoa humana. Policial tem legislação especial, mas não é escravo. Ele precisa ter no mínimo uma discussão sobre sua carga horária de trabalho.

Como disse no início, sou favorável à aprovação do requerimento, até porque a Comissão de Segurança Pública esteve lá, e as condições da delegacia são péssimas. Então estamos encaminhando favoravelmente o requerimento.

O Sr. Presidente - Se não estivesse presidindo, certamente usaria a palavra, mas, na Presidência dos trabalhos, vou-me ater a dizer a V. Exa. o que disse na oportunidade. Quando a proposta de emenda à Constituição não vence as preliminares e já é, por si só, inconstitucional, o relator não tem motivo algum para chamar as pessoas que teriam interesse direto na sua aprovação para discutir. Este relator não se colocará perante os interessados para dizer que é favorável, quando a inconstitucionalidade é gritante, latente. E não é atribuição do parlamento intervir na administração das polícias, especialmente da Polícia Militar. Estados que assim o fizeram, todos eles, tiveram o pedido negado no Supremo. Vou-me ater a isso, e no momento próprio faremos um debate, até porque o prazo e o momento não condizem.

O Deputado Sargento Rodrigues - Não foi esse o compromisso de V. Exa. com este Deputado.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, fiz questão de iniciar a discussão desse projeto sendo coerente com o que disse, no início do meu pronunciamento, em relação às deliberações do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”.

Neste Plenário aprovamos, nesse seminário, o apoio à criação do Fundo Estadual de Erradicação da Miséria, e uma das dotações que o compõem está prevista exatamente nesse projeto de lei. Sou relator do projeto que o cria. Não faz sentido criar um fundo sem recurso. Uma das questões que mais tenho abordado com a assessoria técnica desta Casa é exatamente onde identificaremos as fontes de recurso. Aliás, reitero a solicitação para que o governo nos envie esse levantamento sobre qual é a previsão de recursos para o fundo. Uma das fontes está prevista nesse projeto de lei. São aqueles recursos que poderão advir da elevação em 2 pontos percentuais sobre os chamados produtos supérfluos – obviamente drogas lícitas, como bebidas, cigarros e armas. Então há uma possibilidade de arrecadação desse recurso para o Fundo Estadual de Erradicação da Miséria.

O Projeto de Lei nº 2.447, no seu art. 12A, prevê exatamente esse acréscimo, que estará previsto até 31/12/2015. Gostaria de dizer que há uma negociação na Casa para a discussão de outros itens desse projeto. Na minha opinião, esse art. 12A é absolutamente necessário; aliás, diria, até intocável do ponto de vista desses aspectos e da caracterização desses produtos supérfluos. Agora, a aprovação dele tem de ocorrer também num tempo curto. Deputado Rômulo Viegas, veja bem que esse é um projeto do governo. Faça aqui um apelo. Estou pedindo aos Deputados que cheguem a um entendimento o mais rapidamente possível. Isso seria importante porque esse projeto viabiliza os recursos para o Fundo Estadual de Erradicação da Miséria, pelo menos naquilo que é fundamental. Obviamente podemos excluir um segmento ou outro menor que não cause tanto impacto na arrecadação para esse fundo. Espero que os setores que têm uma grande possibilidade econômica deem uma contribuição importante para a superação da pobreza num lastro federal, porque o ADCT da Constituição de 1988 abre porta para esse tipo de acréscimo no imposto - aumento de 2% em produtos supérfluos.

Portanto quero reiterar o nosso apoio a esse aspecto específico. Estudarei outras formas. Há um outro projeto do Governador pelo qual também temos simpatia, porque cria a taxa da mineração. É um projeto importante. Não tenho problema algum em defendê-lo, mesmo sendo da Oposição, porque a atividade minerária tem capacidade contributiva. Sabemos da importância dela para o Estado de Minas Gerais. Além disso, a economia mineira tem vários componentes, e esse componente da mineração é importante. Seja do ponto de vista da CFEM e de outras possibilidades, é um segmento que proporcionalmente paga muito pouco. Por isso, conforme disse, esse projeto do governo que cria essa taxa é importante.

Como é uma taxa que não tem definição e destinação muito claras, há que se pensar também, quem sabe, em utilização de uma parte dela para esse fundo de erradicação da miséria. Iria além: acho que também podemos, em outras possibilidades legais e jurídicas, identificar no conjunto da arrecadação do Estado outras fontes de recursos.

Faço essa defesa e quero dar uma explicação aos Deputados. Sabemos que o comprometimento hoje da receita do Estado com despesas de pessoas, de custeio e de pagamento da dívida é muito grande. Essa também é uma outra fonte importante. O Deputado Adelmo Carneiro Leão e o Deputado Carlin Moura têm batido na tecla: renegociar os termos de pagamentos da dívida, os índices de reajuste dessa dívida para liberar recursos para investimentos. Agora, se temos hoje um Estado com uma situação financeira engessada, com recursos diminutos para investimentos, ao se criar um fundo específico de erradicação da miséria, podemos garantir recursos carimbados para essa área. Essa é a importância do fundo de erradicação da miséria: ele é uma forma de livrarmos do conjunto do Orçamento uma parcela específica para as ações de superação da pobreza. É lógico que teremos um diálogo com outras áreas de políticas públicas que não estão incluídas no projeto original do governo. Por exemplo, as ações que buscam e visam a garantir o direito humano à alimentação. É fundamental que os recursos do fundo possam ser utilizados nas políticas de segurança alimentar.

Temos também de definir melhor o conselho gestor desse fundo. Pela proposta que veio, haverá uma participação expressiva de setores governamentais. Algumas áreas em que existem conselhos de políticas públicas estão excluídas desse conselho gestor, e esse é um outro ponto sobre o qual também gostaria de me aprofundar mais. Também procuramos essa convivência de um fundo de erradicação da miséria com áreas que têm fundos específicos. Vou mencionar duas: Fundo para a Infância e a Adolescência e Fundo Estadual de Assistência Social.

Já deixo aqui uma proposta. Estive com o Governador Anastasia junto com o Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social, e apresentamos a ele a proposta de universalização do Piso Mineiro da Assistência Social, proposta que foi reiteradas vezes discutida e apoiada no seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”. O Governador disse o seguinte: “Deputado, tenho simpatia pela proposta”. Hoje, pela proposta do Estado, só se vai universalizar o piso em 2014. O que é universalizar o piso mineiro? É ter aquele valor fixo por família do Cadastro Único, que os Municípios atendem no Sistema Único da Assistência Social. Então, tem-se o



repasso do Estado, o repasse fixo por Município. Hoje ele é feito para 214 Municípios. A previsão é de que ele cubra os 853 Municípios até 2014. Queremos puxar isso para 2012, porque, se temos uma meta de superação da pobreza até 2014, devemos começar antes esse trabalho. O Município deve estruturar seu sistema antes, tem de fazer a busca ativa antes, e deve realizar antes o seu concurso público para ter pessoal qualificado nessa área.

Fiz os levantamentos de impacto dessa proposta. O Governador falou que tinha simpatia por ela, mas me pediu que apontasse a fonte de recursos para cobri-la, porque a situação financeira do Estado enfrenta dificuldades. Eu lhe disse que tinha encontrado a fonte: exatamente o art. 12 A, que vai para o Fundo de Erradicação da Miséria. Já solicitei ao governo o levantamento do valor estimado, mas tenho a convicção de que será mais de R\$24.000.000,00. Essa proposta será apresentada no PPAG. Aproveito a oportunidade para chamar os Deputados a participar dos debates de 7, 8 e 9/11/2011.

Se aprovarmos essa proposta, vamos beneficiar todos os 853 Municípios de Minas Gerais. Veja-se a importância dela. Esta Casa aprovou uma lei, originada de projeto de minha autoria, que transforma o Sistema Único da Assistência Social em lei, permitindo que parte dos recursos seja gasta para pagamento das equipes de referência do Centro de Assistência Social.

Vamos juntar três ações: criar o Fundo Estadual de Erradicação da Miséria; aprovar recursos adicionais para esse fundo; e, no PPAG, universalizar o piso para todos os Municípios. Já aprovamos uma lei - e o Governador a sancionou - que permite utilizar esses recursos na criação de equipes de referência.

A Assembleia, em um ano, criará condições de fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social em Minas, favorecendo a busca ativa dos pobres em extrema vulnerabilidade, a chamada situação de miséria, e incorporando-os a programas, benefícios e serviços que possibilitem sua emancipação. Estou registrando essas propostas.

O que esse projeto, que aparentemente altera a legislação tributária, tem que ver com o seminário legislativo "Pobreza e desigualdade"? Tudo. Se existem recursos, nada adianta. Como já disse: não adianta realizar seminários, editar lindas publicações para ficarem acumulando poeira nos gabinetes. Temos de transformar as propostas em ações efetivas. Essa deve ser a nossa prática rotineira.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Primeiramente, cumprimento V. Exa. e resalto que sinto orgulho de ser seu colega nesta Casa. Conheço o empenho e a luta de V. Exa. No campo da sua atuação, V. Exa. tem nos dado muito orgulho e ao Parlamento mineiro; por isso fico muito à vontade para apartear-lo.

V. Exa. tem razão quando diz que não podemos fazer aqui seminários, fóruns técnicos e ciclos de debates para as publicações resultantes desses eventos ficarem acumulando poeira na biblioteca. Concordo. É preciso que haja maior efetividade em nossas ações.

Sou autor de um projeto de lei que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública, vinculando as taxas de segurança pública, uma espécie de tributo. À luz do Código Tributário Nacional, tem de haver vinculação: taxa de iluminação pública com iluminação pública. Só se poderá cobrar a taxa se houver iluminação pública. Assim, a taxa de segurança pública deveria ir para o Fundo Estadual de Segurança Pública. É um projeto de minha autoria, que tem enfrentado óbice no que se refere ao vício de iniciativa, mas é uma proposta que precisa avançar.

É muito bom termos um parlamentar com uma visão ampla. Só assim conseguiremos avançar cada vez mais no Estado. Esse fundo é resultado dessa visão.

Ainda há Prefeitos inescrupulosos - não há outro nome a dar -, que se consideram chefes de polícia. Porque fornecem, por força de convênio, gasolina, material de escritório e de limpeza, entendem que são chefes de polícia e passam a interferir nas ações da polícia local, do destacamento local, muitas vezes comandado por um Cabo ou um Sargento. Isso é absurdo, e é por esse motivo que temos de buscar sempre uma visão ampla do Estado.

É o que se vê na preocupação que V. Exa. expõe aqui, de abordar o PPAG, a LDO e o Orçamento, tendo sempre a visão sistêmica de ligar a aprovação de uma lei, a sua efetiva execução. É por causa disso que me sinto orgulhoso de ser seu colega nesta Casa. V. Exa. trata agora de um assunto importantíssimo, e é por demais necessário que todos tratemos dele. Pode contar com este Deputado, sempre presente neste Plenário, para apoiar V. Exa. nesse encaminhamento.

O Fundo de Segurança Pública vincula as taxas de segurança pública, para garantir a autonomia do destacamento ou da delegacia local, porque a falta dessa autonomia no campo financeiro implica a interferência do Chefe do Poder Executivo Municipal nas ações da polícia. Às vezes, um cidadão é multado, mas tal cidadão é cabo eleitoral do Prefeito, que acha que pode dar ordens à polícia... Se ele for um Prefeito sério e, do ponto de vista cultural, com maior conhecimento da legislação, vai saber que não pode fazer isso e que a interferência é ilícita. Mas muitos interferem, ameaçam, fazem chantagens do tipo dizer que vão pedir ao Comandante para transferir aquele Sargento ou Cabo. Tive uma experiência dessa em Moema, cujo Prefeito teve a coragem de dizer para o Deputado que o Cabo não estava afinado com ele e que, por isso, havia pedido a sua saída ao Comandante do Batalhão. Não estar afinado significava que não tirava as multas dele. Tirar multas é crime, não é, André? Ora, se o Estado, o poder público faz uma atuação, ela deve seguir o devido processo legal: ele vai ser notificado e apresentar sua defesa, mas tudo tem de seguir o curso legal. E ele queria que a multa fosse retirada.

Falando em visão macro, é claro que, como legisladores, temos de ter uma percepção muito rápida e aguçada do interesse coletivo, porque a melhor maneira de apresentar um projeto é estar sintonizado com as aspirações, ideias, sugestões e muitas vezes com o sofrimento de uma camada da população. Aí, você é inspirado e instigado a pensar em uma proposta de lei que possa amparar e ajudar. Vendo que V. Exa. também trabalha com essa sintonia fina, leio um projeto de resolução que apresentamos e que certamente contará com o apoio de V. Exa. e do Deputado Rômulo Viegas. "Fixa a data-base para os servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta: Art. 1º - Fica fixada em 1º de março a data-base para a revisão dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Legislativo do Estado, nos termos do art. 37, inciso X da Constituição da República". Tenho certeza de que conseguirei o apoio incondicional e absoluto de V. Exa. e de sua bancada, assim como do Deputado Rômulo Viegas. Até porque é com essa mesma visão que apresentamos o projeto: está na hora de desvincularmos os reajustes do Legislativo à aquiescência e à benção dos demais Poderes. É preciso que o Legislativo tenha pernas próprias para



andar, ou teremos que alterar a Constituição da República, dizendo que não temos autonomia financeira, administrativa e orçamentária.

Parabéns. Que Deus continue iluminando V. Exa. nessa luta. Precisamos de pessoas como V. Exa., pensando nesta linha, nesta direção: erradicar a pobreza é uma das formas que temos de minimizar o sofrimento da nossa população. Parabéns. Que V. Exa. continue brilhando e enaltecendo o parlamento mineiro, como vem fazendo. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão\* - Muito obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. Com certeza essa proposta terá todo o nosso apoio. Concordo com V. Exa., pois a adoção da instituição de fundos é importante, pois dá a justa e adequada destinação do recurso em áreas estratégicas. Educação, saúde, pobreza e segurança pública são áreas que não podem ficar sujeitas a quedas de receita, contingenciamentos e crises. Elas têm de ter o recurso priorizado acima de tudo.

Gostaria de dizer aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que irão até se cansar de ouvir esta expressão: “universalização do piso mineiro da assistência social”. Para mim, esta proposta que saiu do seminário legislativo e foi discutida na conferência estadual da assistência social é uma das mais importantes. Aliás, ela tem o apoio de todos os gestores municipais de assistência social. No entanto, um cidadão pode perguntar: “Poxa, como isso poderá resolver a vida do cidadão?”. É importante esclarecer que é no Centro de Referência de Assistência Social - Cras - que se tem o trabalho com as famílias do Bolsa Família, com aquele jovem que está começando a entrar no mundo das drogas, que precisa de ter o acompanhamento sociofamiliar e ser encaminhado para a área de saúde. É ali, no Cras, que se desenvolverão ações no horário extraescolar; que se cuidará do idoso abandonado pela família e que se dará assistência à pessoa com deficiência que não teve acesso a um benefício de prestação continuada.

Nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - Creas - se realizam trabalhos com crianças que estavam em trabalho infantil e com as vítimas de violência e abuso sexual, além das iniciativas promotoras de renda, de geração de trabalho e da economia solidária. É no Cras que se podem articular as demais políticas públicas: saúde, educação, esporte, cultura, lazer, geração de emprego e renda, inclusão produtiva.

Gostaria de pedir o apoio a essa proposta, que custará R\$24.000.000,00, em um orçamento de R\$50.000.000.000,00. É uma proposta perfeitamente possível de ser incorporada e beneficiará todos os Municípios, todas as regiões de Minas. Não excluirá ninguém. É bem melhor apoiar essas ações gerais do que apresentar uma emenda de R\$30.000,00 ou ficar o ano inteiro para liberar uma emenda de R\$50.000,00 para uma pequena reforma, pintar uma escola ou um posto de saúde. Isso é importante, até porque os Municípios e os Prefeitos nos requisitam, mas está na hora de olharmos o Orçamento grande em políticas estruturantes, sem aquela fixação em retorno eleitoral. Temos de pensar nas políticas públicas. Portanto, essa proposta será apresentada pela comissão de representação do seminário legislativo ao PPAG, antecipando a cobertura de todos os Municípios para 2014.

Uma outra área a ser beneficiada com os recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, caso esse Projeto nº 2.447/2011 seja aprovado, é a área do saneamento ambiental, principalmente com a disponibilidade de recurso hídrico no semiárido mineiro.

Água para Todos, isso está previsto no Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza. Essa é outra proposta unânime que apareceu no seminário, principalmente nas etapas do Norte do Jequitinhonha, do Mucuri e também, em alguma medida, do Rio Doce. Temos comunidades rurais que não têm água para consumo humano, e já falei disso aqui várias vezes. Apresentarei um projeto estruturador ao PPAG.

O Governador, por meio do seu Secretário Bilac Pinto, da Sedru, assumiu com este Deputado o compromisso de atender todas as comunidades com menos de 200 habitantes com um plano que já teria início neste final de ano ou no início de 2012.

Então é importante também ampliarmos as metas de cobertura previstas nesse projeto estruturador. E está previsto nele esse artigo que pode gerar receita para o Fundo Estadual de Erradicação da Miséria.

Então, Deputado Rômulo Viegas, essas duas ações, o Água para Todos e a universalização do piso da assistência social, são estruturantes e merecerão desta Casa uma análise muito atenta, tenho certeza.

Outra coisa importante é o projeto estruturador da agricultura familiar. O Governador mandou um projeto estruturador na proposta do PPAG, e já pude estudá-lo. Assim como a criação das subsecretarias da agricultura familiar, ele é um projeto importante. Aliás, temos pessoas competentes dirigindo esses órgãos, mas a proposta orçamentária que veio é de R\$500.000,00. Então imaginem um projeto estruturador prioritário com o valor de apenas R\$500.000,00.

Esse projeto tem como uma das suas principais finalidades organizar o agricultor familiar para o cumprimento da Lei nº 11.947, de 2009. Que lei é essa? É a lei federal que obriga que pelo menos 30% de todo o recurso gasto na alimentação escolar seja dirigido à agricultura familiar. Seja a Diretora, seja a prefeitura, seja o governo de Estado o comprador, é obrigatório adquirir 30% de produtos da agricultura familiar, no mínimo. Essa lei é muito boa porque as crianças serão beneficiadas com alimentos de melhor qualidade e a economia local melhora, porque, em vez de se comprarem os alimentos de um grande atacadista de outro Estado, você compra ali do agricultor, que recebe aquele recurso e vai à esquina comprar sua roupa, seu sapato, sua bota, sua enxada no Município. Isso aquece a economia local e é bom para o cofre público porque gera economia.

Mas, para essa lei ser efetivada, é preciso haver um nível de organização do agricultor. Ele deve ter a declaração de aptidão ao Pronaf - DAP - e deve haver também orientação por parte de nutricionistas nas escolas, para que aquele alimento produzido seja condizente com as necessidades nutricionais das crianças. Então é difícil efetivá-la? Sim, mas não há mistério. O caminho está claro, e o seminário apontou as propostas.

Primeiro, o governo do Estado tem de contratar, no mínimo, uma nutricionista e um auxiliar dietético para cada uma das superintendências regionais de ensino. Lá eles orientarão as escolas a adaptarem o cardápio, até mesmo seguindo a vocação de cada região. Às vezes, o agricultor familiar produz somente um produto, e a alimentação tem de ser variada e balanceada.

A Emater tem de estar disponível para auxiliar esse agricultor familiar. Para desenvolver certas culturas, há determinadas especificidades: quando, onde e com o que plantar. Deve haver também organização jurídica.





Então, primeiro, que bom que isso veio e que bom que veio como um projeto estruturador. Sempre lutamos, e o máximo que consegui aqui, nas audiências do PPAG, foi colocar ação em programa existente. Sempre colocávamos ação no programa estruturador Minas sem Fome: apoiar os agricultores familiares no efetivo cumprimento da Lei nº 11.947.

Incluimos essa ação em 2009 e em 2010. Agora vem como projeto estruturador, o que é bom, mas, com R\$500.000,00 é muito ruim, porque assim não dá para fazer nem projeto piloto. Essa é outra área. Se ampliarmos a abrangência do fundo de erradicação da miséria, quem sabe poderemos encontrar um aporte para essa área tão importante de combate à fome?

Sr. Presidente, a tramitação do Projeto de Lei nº 2.447 traz outros itens que não estão relacionados a esse assunto, mas que são importantes, porque reduzem alíquota. Há redução de carga tributária, por exemplo, nas operações internas com feijão, cuja participação é grande na dieta do povo mineiro e brasileiro.

Nessa discussão, quero focar o art. 12, que permite o acréscimo na tributação de coisa supérflua, o que não pesa no bolso das pessoas, até porque são segmentos que não terão nenhuma necessidade de transferir isso para o cidadão, dados os altos lucros que já têm. É muito importante aprovarmos esse projeto, e temos que agilizar isso. Se tivermos a garantia de ele ser aprovado, e conjuntamente aprovarmos o fundo para erradicação da miséria, teremos mais segurança para, no PPAG, apontar essas novidades. Poderemos responder à pergunta do Governador sobre a origem do recurso. Recurso não se inventa, temos que identificá-lo, temos de ser responsáveis para que o discurso não seja exercício de retórica na tribuna. Eu me comprometi com o Governador a identificar essas fontes no Orçamento para que pudéssemos ser efetivos na concretização dessas propostas. Esse projeto é muito importante e merece aprofundamento.

\* - Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 31/10/2011, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### **Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro**

exonerando, a partir de 7/11/2011, Gilmar Ribeiro Madureira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;  
exonerando, a partir de 7/11/2011, Wendel Cristiano Soares de Mesquita do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Gilmar Ribeiro Madureira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;  
nomeando Wendel Cristiano Soares de Mesquita para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.

#### **Gabinete do Deputado Fábio Chereim**

exonerando, a partir de 4/11/2011, Helio Ribeiro do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Vânia Lúcia Guimarães de Lima Carvalho para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Washington Augusto de Oliveira para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 7/11/2011, Lucimar Diniz Barrêto Rios do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PT;

exonerando, a partir de 7/11/2011, Rosilene Nepomuceno da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando, a partir de 7/11/2011, Vanessa Regina Ribeiro Pimenta do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR;

exonerando, a partir de 7/11/2011, Vânia Lúcia Guimarães de Lima Carvalho do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Lucimar Diniz Barrêto Rios para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PT;

nomeando Rosilene Nepomuceno da Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Vanessa Regina Ribeiro Pimenta para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR.



## AVISO DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94/2011

#### NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 107/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 22/11/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de fragmentadoras de papel.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, BH-MG, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$ 0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar sua reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 4 de novembro de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

## TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte. Objeto: prestação de serviços por adolescentes trabalhadores. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, “caput”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

## TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clinidonto - Clínica Odontológica Júlio Rivas Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da sua assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, “caput” da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

## TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Via das Flores Ltda. Objeto: fornecimento de flores e ornamentação. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 77/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



## ERRATA

## TERMO DE CONTRATO

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe em que a contratada é a Cemig Distribuição S.A., verificada na edição de 1º/11/2011, na pág. 80, col. 4.